

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Estudo de caso sobre o Impacto do Programa de Fortalecimento de Proteção Social (KWENDA) numa comunidade rural do município do Cubal - Benguela

António Pedro Manuel

Mestrado em Sociologia

Orientadores:

Doutora Rosário Mauritti, Professora Associada

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Luís Capucha, Professor Catedrático

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Estudo de caso sobre o Impacto do Programa de Fortalecimento de Proteção Social (KWENDA) numa comunidade rural do município do Cubal - Benguela

António Pedro Manuel

Mestrado em Sociologia

Orientadores:

Doutora Rosário Mauritti, Professora Associada

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Luís Capucha, Professor Catedrático

Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

À minha família



## **Agradecimentos**

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio inestimável de diversas pessoas ao longo do meu percurso no Iscte.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus orientadores, Doutor Luís Capucha e Doutora Rosário Mauritti, pela orientação, dedicação e sabedoria com que conduziram este trabalho.

Agradeço também ao Instituto Superior Politécnico de Benguela pela oportunidade e suporte proporcionados durante esta jornada.

Estendo meus agradecimentos ao Departamento do FAS – Instituto de Desenvolvimento Local em Benguela, em especial à Diretora Jasmim Ndatimala, a Ermelinda Caquinta e a Justino Ndembue, Administrador da comuna da Capupa, pelo acolhimento durante a coleta de dados, bem como pela disponibilização de informações essenciais para a realização da investigação.

Aos meus estimados professores, em particular à Doutora Sónia Pintassilgo e à Doutora Ana Lúcia, agradeço pelo confortável carinho.

À minha família, especialmente a meus pais, António Manuel e Marcelina Chilombo, pela bênção e incentivo, e à minha flor, Rosalina Nayanjo, pelo apoio constante e encorajamento.

Gostaria de agradecer o meu mentor intelectual, Doutor Paulo Inglês, cujas orientações têm iluminado meu caminho e ampliado meus horizontes académicos. Agradeço ainda ao Doutor Carlos Pacatolo, cujas sugestões me incentivaram a continuar a perseguir meus sonhos. A Boaventura Rodrigues, irmão de trincheira da vida, sou grato por seres um porto seguro nas incertezas do dia a dia.

Por fim, manifesto minha gratidão aos meus colegas e ao Núcleo dos Estudantes Africanos (NEA) pelo acolhimento e pelos momentos inesquecíveis que compartilhamos em nome do continente africano.

A todos vocês, meu sincero obrigado por fazerem parte desta empreitada!



## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo caracterizar as condições de vida das famílias da comuna da Capupa, localizada no município do Cubal, em Benguela. Buscou compreender como o Programa de Fortalecimento de Proteção Social - KWENDA contribui para a diminuição da pobreza e da vulnerabilidade social dessas famílias, analisando as ações implementadas, os resultados obtidos e o seu impacto nas condições de vida dos agregados familiares beneficiados. Optou-se por um estudo de caso, com uma metodologia mista (quantitativa-qualitativa), apoiada na Teoria da Mudança (TdM). No plano substantivo, o estudo é informado pela exploração de estatísticas institucionais, relatórios, análise de leis, pesquisa de outras fontes documentais e, ainda, na análise de informação recolhida através de entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados, líderes locais e beneficiários diretos. Embora o programa KWENDA traga benefícios económicos imediatos para as famílias, a sua ação de capacitação é muito limitada e parece não ser sustentável. A análise realizada revela que as famílias desta comunidade enfrentam desafios significativos nas suas condições de vida, os quais são ainda agravados pela carência de serviços públicos (seja educativos, como de saúde ou de saneamento e energia) e infraestruturas básicas. Concluímos que as ações propostas pelo KWENDA, não obstante sua relevância, não oferecem uma resposta completa às necessidades da população. Atua como um paliativo, suavizando a sensação de abandono que a população sente em relação à falta de proteção do Estado. Essas propostas poderiam ser mais eficazes se fossem integradas a outras iniciativas, com foco na capacitação das comunidades.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais; Pobreza multidimensional; Estado Social/Providência; Programa KWENDA.



## **Abstract**

This dissertation aims to characterise the living conditions of families in the Capupa commune, located in the municipality of Cubal, in Benguela. It sought to understand how the Social Protection Strengthening Programme - KWENDA - contributes to reducing the poverty and social vulnerability of these families, analysing the actions implemented, the results obtained and their impact on the living conditions of the beneficiary households. A case study was chosen, with a mixed methodology (quantitative-qualitative), based on the Theory of Change (ToC). On a substantive level, the study is informed by the exploration of institutional statistics, reports, analysis of laws, research into other documentary sources and also by the analysis of information gathered through semi-structured interviews with key informants, local leaders and direct beneficiaries. Although the KWENDA programme brings immediate economic benefits to families, its empowerment action is very limited and does not seem to be sustainable. The analysis carried out reveals that the families in this community face significant challenges in their living conditions, which are further exacerbated by the lack of public services (whether educational, health, sanitation or energy) and basic infrastructure. We conclude that the actions proposed by KWENDA, despite their relevance, do not offer a complete response to the population's needs. They act as a palliative, softening the sense of abandonment that the population feels in relation to the lack of protection from the state. These proposals could be more effective if they were integrated with other initiatives focussing on community empowerment.

**Keywords:** Social inequalities; Multidimensional poverty; Welfare state; KWENDA Programme.



# Índice

Resumo.....	i
Abstract .....	iii
Índice .....	v
Índice de quadro, tabelas, e figuras. ....	vii
Siglas.....	ix
Introdução.....	1
Parte I - Quadro teórico.....	3
Capítulo 1: Desigualdades e Estado Providência.....	3
1.1    Desigualdades sociais como ordem social .....	3
1.2    Pobreza e pobreza multidimensional.....	6
1.3    Estado Providência em Angola.....	7
Parte II – Estudo de Caso.....	11
Capítulo 2: Metodologia e caracterização da amostra .....	11
2.1    Universo e amostra .....	13
2.2    Tratamento e organização de informação recolhida .....	15
2.3    Limitações ao estudo.....	15
PARTE III – Descrição do campo empírico.....	17
Capítulo 3. Desafios de Angola perante as metas de desenvolvimento sustentável .....	17
3.1    Quadro institucional das políticas públicas sociais em Angola .....	20
PARTE IV – Análise e interpretação dos resultados .....	25
Capítulo 4 - Síntese dos resultados .....	25
4.1    Programa KWENDA, dimensões de análise e impactos esperados.....	25
4.2    Perfil do município do Cubal .....	27
4.3    Teoria de Mudança.....	31
4.4    Desigualdades de género como uma dimensão crucial para compreensão da pobreza em Angola 34	
4.5    Impacto do programa KWENDA na visão dos entrevistados .....	35
Conclusões.....	38
Referências bibliográficas.....	40
Anexo A - Índice de monitorização da pobreza multidimensional em Angola .....	46
Anexo B - Nuvem de palavras.....	48
Anexo C - Consentimento Informado.....	50

Anexo D – Guião de entrevista dirigida aos técnicos - FAS - Instituto de Desenvolvimento local.....	52
Anexo E - Inquérito por entrevista dirigido aos beneficiários diretos .....	54
Anexo F - Guião de entrevista dirigida às autoridades tradicionais (Sobas) .....	56

## Índice de quadro, tabelas, e figuras.

Quadro 1 - População da amostra.....	14
Quadro 2 - Programas para erradicar a pobreza - PDN 2018- 2022 .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Quadro 3 - Índice de monitorização da pobreza multidimensional em Angola.....	46
Tabela 1 - Âmbito geográfico do programa KWENDA.....	26
Tabela 2 - Resultados alcançados na comuna da Capupa - 2020/2023 .....	33
Figura 1 - Índice de Pobreza multidimensional nos municípios da província de Benguela (%) .....	28
Figura 2 - Dimensão da pobreza multidimensional na comuna da Capupa.....	30
Figura 3 -Dimensões de análise e impactos esperados do KWENDA.....	31
Figura 4 - Análise comparativa entre técnico do FAS - IDL e os sobas .....	36
Figura 5 -Análise comparativa entre beneficiários e os sobas .....	37



## **Siglas**

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

CEIC – Centro de Estudos e Investigação Científica

CIP - Centro Internacional de Pobreza

ELP - Estratégia a Longo Prazo

FMI – Fundo Monetário Internacional

FAS – Fundo de Apoio Social

GA – Governo de Angola

IDL – Instituto de Desenvolvimento Local

INE - Instituto Nacional de Estatística

JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão

MAFAMU - Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher

Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)

ONU – Organização das Nações Unidas

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OGE – Orçamento Geral do Estado

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PIDLCP - Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMIDRCP - Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza

RNV - Relatório Nacional Voluntário

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SARDC – Centro de Investigação e Documentação da África Austral

RISDP - Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

TdM - Teoria de Mudança

UCAN – Universidade Católica de Angola

UNRIC – Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental

UA – União Africana

UE - União Europeia



## Introdução

A presente dissertação centra-se no Programa de Fortalecimento de Proteção Social - KWENDA, de iniciativa do governo de Angola, financiado pelo Banco Mundial. Este programa é fundamentado em quatro eixos principais: Transferências Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Ação Social e Reforço do Cadastro Social. Seu propósito é apoiar as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, identificadas em primeira mão nos relatórios do INE sobre a pobreza multidimensional.

A partir de uma análise que considera a pobreza como um fenómeno complexo e multidimensional, configurado, simultaneamente, por condições de acesso à educação, saúde, habitação e trabalho, o INE oferece-nos um retrato empiricamente informado sobre a pobreza nos territórios de Angola (INE, 2020). Neste retrato, Cubal é o terceiro município com maior incidência de pobreza entre os 10 que compõem a província de Benguela. No município, a taxa de pobreza atinge 55% da população. Os indicadores de saneamento básico, incluindo a instalação de esgotos e abastecimento de água potável, acrescidos da escassez e má manutenção das infraestruturas rodoviárias ou mesmo de fornecimento de eletricidade, são os principais responsáveis por essa situação, contribuindo juntos com mais de 30% para a pobreza local (INE, 2019). Estes dados são ainda reforçados pela fragilidade que caracteriza quer a oferta e o funcionamento de serviços públicos fundamentais, seja de educação, como de saúde e segurança das comunidades, quer os modos de vida das comunidades, constituídas por famílias com condições de vida precárias, muito dependentes de uma agricultura de subsistência, realizada segundo processos de produção ainda muito dependentes de trabalho manual, e exercida por uma população sem qualquer grau de qualificação formal (Capucha, 2012). Esses traços ressaltam a importância das questões de desigualdade social e pobreza que demarcam os territórios rurais em Angola, dos quais *a comuna da Capupa, no município do Cubal* é um exemplo.

Diante desse contexto, surge a seguinte pergunta de partida: *Como o programa KWENDA contribui para a mitigação da pobreza e vulnerabilidade social das famílias da comuna da Capupa, no município do Cubal (Benguela)?* Ao longo da análise, os objetivos podem subdividir-se em: 1. Identificar a operacionalização das componentes, a estrutura organizativa bem como o método de intervenção do KWENDA; 2. Apontar as ações desenvolvidas e os resultados alcançados; 3. Identificar as principais atividades desenvolvidas pelos homens e mulheres na comunidade em referência; 4. Descrever o impacto do KWENDA nas condições de vida dos agregados familiares na comuna de Capupa beneficiários diretos do programa.

A dissertação está organizada em quatro partes. A parte I aborda os conceitos fundamentais da dissertação, refletindo as aprendizagens adquiridas durante o mestrado, tais como: “Desigualdades sociais como ordem social”; “Pobreza e pobreza multidimensional”; “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”; Estado Providência e Proteção Social. As abordagens desses conceitos, enfatizam a importância do papel do Estado, da Família e do Mercado de Trabalho na melhoria das condições de vida da população, especialmente em comunidades rurais vulneráveis. Além disso, ressaltam também as medidas de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades e erradicação da pobreza, visando promover a equidade social (Pedroso et al., 2012; PNUD, 2017; Mauritti, 2024).

A parte II, está relacionado com a metodologia, detalha o procedimento adotado para a pesquisa de campo, o modelo de análise do estudo de caso e as técnicas escolhidas, incluindo a pesquisa documental. A descrição do universo e da amostra apresenta os participantes do estudo, que incluem responsáveis e políticos locais, autoridades tradicionais, supervisores, agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário e os beneficiários diretos. Também é mencionado o uso do *software MAXQDA*, utilizado para a organização, tratamento e análise dos dados coletados. Ademais, são destacadas as limitações do estudo, abordando os desafios enfrentados durante o processo de pesquisa.

Na parte III, começamos por fazer um enquadramento geral dos desafios que Angola enfrenta em relação às metas do desenvolvimento sustentável, destacando, em particular, a importância das desigualdades de género e território na compreensão da pobreza no país, bem como o quadro institucional das políticas públicas.

Na parte IV, apresentamos a análise e interpretação dos resultados", incluindo a análise dos impactos esperados do programa KWENDA. Finalmente, na conclusão analisam-se os resultados tendo em conta os objetivos gerais e específicos da dissertação, que consistem em caracterizar as condições de vida das famílias da comuna da Capupa e analisar o impacto do Programa KWENDA face aos objetivos gerais de desenvolvimento, crescimento económico, promoção da coesão nos territórios de Angola (em particular nos territórios rurais) e melhoria das condições de vida das populações.

## **Parte I - Quadro teórico**

### **Capítulo 1: Desigualdades e Estado Providência**

Este capítulo apresenta uma discussão em torno de cinco conceitos, nomeadamente: desigualdades sociais, pobreza e pobreza multidimensional, Estado providência e proteção social. Através deste enquadramento, procura-se construir uma narrativa que reflita o desenvolvimento tendo como foco a melhoria das condições de vida das populações, no contexto de uma sociedade atravessada por profundas desigualdades e sistemicamente estruturada pela sobre representação na sua população de experiências de pobreza. Nesta análise procuramos ainda problematizar o papel das principais instituições sociais contemporâneas, particularmente o Estado, a Família e o Mercado de Trabalho (Pedroso et al., 2012), precisamente, na geração e reprodução de modos de vida de pobreza, nomeadamente em comunidades rurais caracterizadas por múltiplas vulnerabilidades sociais num mundo globalizado (Capucha, 2012 e 2016; Oliveira, 2012; Rodrigues, 2012 & 2014; Van-Dúnem, 2015).

Os conceitos de pobreza e pobreza multidimensional são aqui perspetivados enquanto privação de capacidade (Sen, 1999) com base nas quatro dimensões de qualidade de vida assinaladas pelo INE nos relatórios de caracterização da pobreza multidimensional em Angola (saúde, educação, qualidade da habitação e trabalho) (INE, 2020). Já em relação o conceito de Estado Providência Procuramos problematizar enquanto uma forma ou estrutura organizacional com foco na redução das desigualdades sociais, na erradicação da pobreza e na promoção da equidade social (Giddens,2010); PNUD, 2017; Pedroso, 2012; Governo de Angola, 2018; Lei nº 7/04, de 15 de outubro).

#### **1.1 Desigualdades sociais como ordem social**

As relações na sociedade, dependem das ações mutuamente ajustadas pelos agentes humanos no sentido comum, orientado por normas e expectativas. De forma abrangente, estas ações obedecem a uma ordem convencional, jurídica e económica. A ordem convencional baseia-se no costume e no hábito vigentes; já a ordem jurídica baseia-se em regras estabelecidas, enquanto a ordem económica se baseia nas situações de interesses, conforme destacado em Bolda (2020), tendo por base a teoria de Max Weber sobre a ordem social.

Nesta lógica, Pires (2012) apegando-se nas ideias de Parsons (1937) que concebeu a ordem em termos fatuais, sustenta o seguinte: a ordem social, concretiza-se em padrões de relações sociais. Esses padrões são observáveis em múltiplos domínios e a diferentes escalas, nas similitudes dos comportamentos individuais como nas regularidades dos encontros entre agentes humanos, na

formação de grupos e organizações, como no funcionamento das instituições e na distribuição dos recursos sociais (p.40)

Ora, a modernidade que surgiu das ideias iluministas e da Revolução Industrial, prometia prosperidade e uma sociedade mais justa. O avanço tecnológico trouxe mecanização, novas indústrias e riqueza, oferecendo esperança de melhorias das condições de vida dos trabalhadores. Todavia, tornou-se evidente, no século XIX, que o progresso tinha um custo, resultando em desigualdades crescentes, em vez de uma sociedade mais justa (Tilly, 2005).

De acordo com Costa et al. (2015), a desigualdade é um conceito relacional, no sentido em que a sua determinação subentende um exercício comparativo entre indivíduos, categoria sociais, ou agregados geográficos. Porém, do ponto de vista substantivo, as desigualdades entre esses referentes analíticos assumem configurações multidimensionais, entre si cumulativas nas suas causas e efeitos, e manifestam-se em diversas esferas da vida em sociedade, como por exemplo, na saúde, no mercado de trabalho, na educação e habitação (p.2).

Diversos autores têm vindo a assinalar dois planos de incremento das desigualdades contemporâneas: as desigualdades entre países e as desigualdades entre territórios e populações de um mesmo país. No plano internacional global, a concentração dos recursos económicos nos países que controlam as principais bases das desigualdades contemporâneas (Tilly, 2005: 25) – como o capital financeiro, a comunicação através de tecnologias digitais, os media e as redes sociais ou os conhecimentos técnicos e científicos – e, no interior de cada país, o seu incremento por força da acumulação de riqueza pelas classes de elite, são duas das tendências que mais têm marcado as sociedades atuais (Milanovic, 1998 & 2012; Carmo & Cantante, 2014; Dorling, 2017; Chancel & Piketty, 2021).

Na perspetiva de Therborn as desigualdades são por natureza multidimensionais e são particularmente impactantes quando através da sua ação populações são diminuídas na sua capacidade para exercer de forma plena a sua humanidade, ou têm uma desigual capacidade para ter uma vida digna e com bem-estar (Therborn, 2010: 53). Neste sentido, de forma bastante esclarecedora, o autor destaca três tipos de desigualdades que mais devem preocupar as sociedades: as desigualdades vitais, as desigualdades existenciais e as desigualdades materiais ou de recursos para fazer escolhas e agir. Para o autor, esses três tipos de desigualdades interagem e influenciam-se mutuamente, mas é útil distingui-los porque, assim como eles têm efeitos diversos sobre as pessoas, apresentam trajetórias variadas em períodos distintos, isto é, são determinados por mecanismos causais diferentes (Ibidem, p.146).

Deste modo, importa referir que as desigualdades vitais envolvem desigualdades em relação à vida, morte e saúde. Já as desigualdades existenciais, referem-se ao desigual reconhecimento dos indivíduos enquanto pessoas (liberdade, direito, discriminação, estigmatização e humilhação), ao

passo que as desigualdades materiais ou de recursos, relacionam-se com a desigual distribuição em termos de rendimento e riqueza (idem).

Esta tipologia proposta por Therborn inspira a abordagem que nos propomos aprofundar. Embora a análise do nosso trabalho recaia, fundamentalmente, sobre a interação das desigualdades existenciais e desigualdades de recursos ou, respetivamente, desigualdades categoriais e distributivas (Costa et al., 2015; Costa & Mauritti, 2018), tendo em conta que se trata de um contexto onde, por um lado, se observa uma estrutura de práticas sociais dominadas pelos homens em detrimento das mulheres - sistema de patriarcado (Sylvia Walby, 1953 apud Atkinson, 2020) e, por outro lado, pautado pela desigual oportunidade no acesso à escolaridade e, qualificação profissional ou a recursos culturais e de diferenciação material e estatutária (Cantante, 2019; Mauritti et al. 2016).

Ainda Göran Therborn (2010) refere que a desigualdade social pode ser produzida através de quatro processos sociais: o distanciamento, a exclusão, a hierarquia e a exploração. Através de processos de *distanciamento* ou de competição algumas pessoas (bem como regiões e países) estão em posição de vantagem, enquanto as restantes ficam para trás; através de mecanismos de *exclusão* ou da reprodução de barreiras sociais um conjunto vasto da população vê dificultada a possibilidade de alcançar uma vida boa; através de mecanismos de *hierarquização* as sociedades e as organizações são constituídas em sistemas de estratificação, com algumas pessoas posicionadas em cima e outras em baixo; através da *exploração* a riqueza resultante do trabalho árduo e da subjugação dos pobres e desfavorecidos é apropriada de forma assimétrica pelos ricos ( p.147).

As interseções entre desigualdades existenciais e de recursos em Angola enfatizam a posição de desvantagem sistémica e estrutural das mulheres, abrangendo tanto as categorias existenciais quanto a distribuição de recursos. Neste segmento, ao refletir sobre as diferenças enquanto marcadores sociais delimitam as condições de vida de homens e mulheres, ao longo da vida, no acesso a recursos social e economicamente relevantes, pensamos essas diferenças essencialmente enquanto mecanismos e experiências de desigualdade social (Torres *et al.*, 2018).

Entretanto, muitos são mitos acerca do género, dos mais o comum é aquele que afirma: “as mulheres já conseguiram alcançar muito” - com referência a sua grande representação estudantil, ou a presença na vida pública”; “devagar se vai longe, lenta, mas firmemente, estão a caminho de uma condição de igualdade, sendo que precisam apenas de paciência”. Para Schouten, esta é uma atitude passiva e fecha os olhos ao facto de as mulheres de hoje e de amanhã terem ainda de viver com as injustiças (ibidem, pp.121 - 122).

Na verdade, apesar do progresso significativo, persistem desafios ligados à discriminação no trabalho, às disparidades salariais, a limitações no acesso a oportunidades educativas, à violência de género e, de forma abrangente, ao baixo reconhecimento da sua relevância *real* cidadã na família e na comunidade, a saúde e direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos económicos e empoderamento

(SADC & SARDC, 2016; União Europeia & Governo de Angola, 2022). A permanência de desigualdades e discriminações sistémicas, cumulativas e plurais que afetam, em particular, as mulheres, sujeitas a lógicas de dominação masculina nas diferentes idades da vida, exige o comprometimento das sociedades para promover a igualdade de género e construir um mundo mais inclusivo e sustentável. A Declaração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável coloca ênfase na valorização social e económica das mulheres e meninas, indicando as melhorias na igualdade de género como fator-chave para o desenvolvimento sustentável (Comissão Europeia, 2020; PNUD & Governo de Angola, 2021).

## **1.2 Pobreza e pobreza multidimensional**

A pobreza é um tema recorrente nas agendas internacionais de promoção e fomento de políticas sociais (Capucha, 2012 e 2016). Mais do que um mero entrave para o desenvolvimento dos países, a pobreza é apontada como uma questão prioritária a ser superada, a fim de garantir a qualidade de vida mínima das populações ao redor do globo. Particularmente, o tema é destacado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde foram pactuadas ações que intentam promover a sua superação. Não é por acaso que o primeiro ODS foi definido como “Erradicação da Pobreza” (PNUD et al., 2020: 6 -7).

O conceito de pobreza é complexo e abrange diversas dimensões. Sen (1999) define como a incapacidade de alcançar o bem-estar devido à falta de meios económicos e à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em capacidade de funcionar (pp. 24 - 32). Giddens (2010) aborda a pobreza de maneiras distintas, especialmente nas categorias de pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta refere-se à falta de recursos essenciais que garantam a saúde e o funcionamento adequado do corpo, levando os indivíduos a vivenciarem uma situação em que as suas necessidades básicas de sobrevivência não são atendidas. Por outro lado, a pobreza relativa considera a disparidade nas condições de vida entre diferentes grupos de uma dada sociedade, analisando os contrastes entre as experiências de vida de minorias e as condições desfrutadas pela maioria da população. Essa distinção é importante para compreender as nuances da pobreza e suas implicações sociais.

A pobreza é um dos problemas sociais mais antigos da história, influenciada por diversas construções ideológicas, morais e religiosas, de acordo com Capucha (2022). Nesta lógica, o modo como uma sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes e, na estrutura de poder, segundo Bruto da Costa (2005), ajuda-nos a compreender a pobreza, na medida em que ela resulta dos processos económicos, políticos e sociais que se relacionam entre si. Enquanto

um fenómeno social abrangente em todas as sociedades, a pobreza tem fortes implicações na realização das atividades do dia-a-dia das pessoas (Libânio e Castigo, 2021).

Para o caso de Angola, após a independência, em 1975, o país sofreu com a continuada guerra civil que durou de forma intermitente até 2002. Desde então, tem sido cenário de intensas transformações e reconfigurações que, objetivamente, nunca conseguiram reverter as condições de pobreza (54,0%) em que vive grande parte da sua população (Capitango, 2015; INE, 2019). Importa referir, que o Instituto Nacional de Estatística (INE) assume como definição da pobreza, uma situação de privação de algumas dimensões do bem-estar do indivíduo, tais como: acesso limitado aos serviços de saúde, habitação inadequada, má nutrição, falta de determinados bens e serviços (INE, 2019).

Destacar-se que a pobreza multidimensional complementa os índices de pobreza monetária e permite identificar quem sofre múltiplas privações simultaneamente, bem como conhecer as privações vividas pela população de uma determinada localidade em vários aspetos de suas vidas. Em 2019, pela primeira vez, o INE em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI) publicou o relatório sobre a pobreza multidimensional nos municípios de Angola. Este relatório é composto por quatro dimensões de qualidade de vida, tais como: saúde, educação, condições da habitação e emprego. Por sua vez, estas dimensões são medidas a partir de diversos indicadores, mas, apenas enfatizamos os seguintes: saúde (acesso à água potável e saneamento); educação (anos de escolaridade frequência escolar); habitação (combustível sólido para cozinhar, acesso a eletricidade, tipo de materiais das paredes, chão e teto da habitação; desemprego juvenil, desemprego entre adultos). Na construção do índice de pobreza multidimensional, cada dimensão tem o mesmo peso e cada indicador tem o mesmo peso dentro de cada dimensão. O relatório do INE serve de instrumento de monitorização sobre a pobreza no país e mostra que uma pessoa é identificada como pobre se vive em um agregado familiar privado de 35% ou mais dos indicadores considerados, como se pode observar no quadro 1 em anexo (INE, 2019).

### **1.3 Estado Providência em Angola**

No contexto ocidental, argumenta-se que o Estado de Providência, tal como o conhecemos hoje, começou a desenvolver-se a partir da 2.ª metade do século XIX (nos Estados Unidos da América e na Europa). Os processos de industrialização e urbanização, associados ao estabelecimento de novas relações sociais de produção, gerou o empobrecimento generalizado das classes trabalhadoras. Esta questão configurou-se, tendencialmente, de duas formas distintas. Por um lado, uma ideologia liberal onde o papel do Estado na defesa de direitos e garantias é orientada pela necessidade de criar espaços para o reforço individual e livre arbítrio, e para o livre funcionamento do mercado. Por outro lado, uma

doutrina socialista que vê nos modos de organização social tanto a causa como a possível solução dos problemas sociais (Rosanvallon, 1995).

O Estado Providência tem múltiplas configurações. Por exemplo, na Europa desenvolveram-se regimes de proteção social que Pedroso *et al* chamam de completos, por cobrir uma enorme diversidade de eventualidade, enquanto que nas outras regiões eles não têm ainda igual amplitude e cobertura, nomeadamente em África (Pedroso *et al* 2012:77). Estes modelos caracterizam-se como uma estrutura organizacional que integra dimensões políticas, económicas e socioculturais, posicionando o Estado como o principal agente responsável pela promoção social e pela regulação da economia. Ao Estado cabe definir as metas que a sociedade deve atingir, estabelecendo normas de regulação das relações tendo em vista esses fins, e garantindo, também, padrões aceitáveis de sobrevivência a todos os cidadãos. A atuação do Estado visa não apenas a mitigação das desigualdades sociais, mas também promover o bem-estar coletivo. Assim, essa abordagem destaca a necessidade de um compromisso contínuo com os direitos e necessidades dos cidadãos, intervindo em três áreas principais: i) trabalho e redistribuição salarial; ii) educação, saúde e habitação; iii) garantia de condições mínimas de qualidade de vida e de participação cívica<sup>1</sup>.

Giddens (2010), olha para o Estado Providência como uma forma de gerir os riscos enfrentados pelas pessoas no decurso das suas vidas (doenças, incapacidades, perda de emprego e envelhecimento). Para o autor, os serviços assegurados pelo Estado Providência variam de país para país, mas, frequentemente, incluem provisões nos campos de educação, cuidados de saúde, habitação, rendimento, o apoio financeiro, incapacidade, desemprego, emprego e pensões (p.334).

De acordo com Pierre Bourdieu (1998), as funções do Estado, nas sociedades contemporâneas, podem ser representadas por duas facetas essenciais: a “mão direita e a mão esquerda do Estado”. Segundo o autor, constituem a mão direita – “os grandes responsáveis do Ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e de gabinetes ministeriais” e a mão esquerda o “conjunto dos agentes ministeriais ditos despesistas que são a marca, no interior do próprio Estado, das lutas sociais do passado” (Bourdieu, 1998: 4). Em conformidade, de maneira incisiva, Botelho e colegas (2014), apontam que: a incidência sobre os mecanismos da redistribuição; o exercício das funções ditas “sociais”; a afirmação da educabilidade universal; a ação unificadora em matéria de cultura, elemento fundamental da construção do Estado Nação; o dever de dotar os cidadãos dos meios culturais que lhes permitam exercer ativamente os seus direitos cívicos, definem a mão esquerda do Estado.

Na presente dissertação, utilizamos o conceito de Estado para descrever as organizações políticas e sociais que configuram o todo do território angolano.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/> (outubro, 2024)

A conquista da paz (em 2002), estimulou a necessidade de restabelecer o desenvolvimento e fortalecer a sociedade de forma gradual, melhorando os níveis de bem-estar social e de qualidade de vida dos cidadãos. Nesse contexto, foram implementadas significativas modificações legislativas, as quais definem a configuração atual do sistema de proteção social em Angola.

A introdução do conceito de proteção social no país, ocorreu através da Lei de base n.º 18/90, de 27 de outubro. Esta lei visava assegurar a subsistência material dos cidadãos em situações de falta ou redução da capacidade para o trabalho, bem como nos casos de morte. A vigente Lei nº 7/04, de 15 de outubro estabelece três dispositivos legais da proteção social, nomeadamente, Proteção Social Básica (não contributiva), Proteção Social Obrigatória (contributiva) e Proteção Social Complementar (seguro). Esta lei deu passos significativos para se estabelecer o Estado Providência no país. Neste estudo, focalizaremos a Proteção Social Básica porque a sua abrangência de aplicação engloba as pessoas que se encontram no estado de pobreza, em situação de vulnerabilidade, de risco e de exclusão social (FAS - IDL, 2023).

A vigente lei refere que a proteção social básica é de tutela do Estado e financiada através da coleta de impostos. A proteção social básica concretiza-se na atribuição de prestações de serviços, equipamentos, programas e projetos integrados de desenvolvimento local pelos organismos responsáveis, com o intuito de promover a autossuficiência dos cidadãos e famílias que se encontram em situação de falta ou diminuição dos meios de subsistência e não possam assumir na totalidade a sua própria proteção (FAS - IDL, 2023:2).

Apesar de persistirem incertezas sobre a aplicação dos sistemas públicos e privados relativamente à adequada proteção dos benefícios oferecidos, Angola junta-se ao grupo de países como a África do Sul, Tunísia, Marrocos, Moçambique, entre outros, que nos últimos anos têm vindo a desenvolver medidas de extensão da cobertura da proteção social. Distintamente, estes países têm favorecido ou priorizado o acesso aos cuidados primários de saúde; a atribuição de benefícios em dinheiro; a cobertura aos idosos e órfãos; a atribuição de recursos necessários para os trabalhadores do sector rural e da economia informal (Pedroso et al., 2012).

Seguindo o modelo proposto por Bourdieu sobre “a mão direita e a mão esquerda” do Estado, podemos apontar que atualmente a “mão direita” do Estado angolano é composta pelo Ministério das Finanças; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria; Ministério do Planeamento; Ministério da Administração do Território; Ministério de Petróleo e Gás; Ministério da Indústria e Comércio; Ministério dos Transportes; Ministério da Agricultura e Florestas; Ministério das Pescas e Recursos Marinhos; Ministério dos Recursos Minerais; Ministério da Energia e Água; Ministério do Interior; Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social.

Quanto à mão esquerda, está constituída pelo Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Cultura e Turismo; Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher; Ministério do Ambiente; Ministério da Juventude e desporto; Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação<sup>2</sup>.

Nesta conformidade, a análise que aqui propomos aprofundar irá focar-se, essencialmente, na análise do planeamento e dos efeitos de atuações promovidas no âmbito da mão esquerda, no caso, tendo como referência uma sociedade onde o Estado social ainda ensaia os seus primeiros passos (Pedroso *et al.*, 2012). E assumindo que, em grande medida, as ações que têm vindo a ser conduzidas em Angola, neste âmbito, têm como horizonte oportunidades, desafios e compromissos que são definidos em diálogos com diferentes instâncias internacionais. Diálogos esses que, frequentemente, parecem estar desfasados das condições e desafios que importa enfrentar para a melhoria das condições de vida das populações, mulheres e homens, dos diferentes territórios que compõem o país.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://governo.gov.ao/ministro> (agosto, 2024).

## Parte II – Estudo de Caso

### Capítulo 2: Metodologia e caracterização da amostra

O objetivo desta dissertação é caracterizar as condições de vida das populações e a análise de políticas públicas de proteção social e combate à pobreza em Angola. País que continua a enfrentar grandes fragilidades em termos de capacidade e competência para intervir nos direitos sociais das populações, com ênfase em comunidades rurais, particularmente nas áreas de saúde, educação, habitação, trabalho, rendimento e segurança social. De maneira específica, busca compreender como o Programa de Fortalecimento de Proteção Social - KWENDA contribuiu, ou não, para a diminuição da pobreza e da vulnerabilidade social das populações da comuna da Capupa (município do Cubal), tendo por base as ações implementadas, os resultados obtidos e o seu impacto nas condições de vida dos agregados familiares beneficiados.

Esta investigação, baseia-se, assim, num estudo de caso, realizado na comuna da Capupa, localizada no município do Cubal, na província de Benguela, em Angola. O estudo foi desenvolvido sob uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando a teoria da mudança e apoiado na exploração de estatísticas institucionais para a caracterização do território, na análise documental do programa KWENDA, bem como de relatórios e das leis (Lei nº 7/04, de 15 de outubro; Lei nº 15/19 de 23 de maio). A componente mais compreensiva da pesquisa é ainda apoiada na realização de entrevistas semiestruturadas com informantes privilegiados, nomeadamente responsáveis políticos e líderes comunitários locais e beneficiários diretos de medidas do KWENDA. A proximidade do autor com a equipe do FAS - Instituto de Desenvolvimento Local, facilitou o acesso ao campo (Burgess, 1997).

No caso em estudo, os dados empíricos foram coletados junto do sistema estatístico nacional (INE), em particular por pesquisa de relatórios e outros documentos relevantes, nomeadamente documentos informativos sobre as ações empreendidas no quadro do KWENDA.

A análise dos relatórios do programa e a consulta de diversos documentos foram essenciais para a formulação da questão principal deste estudo, que procura compreender: *Como o programa KWENDA contribui para a mitigação da pobreza e vulnerabilidade social das famílias da comuna da Capupa, no município do Cubal (Benguela)?*

Numa segunda fase do estudo, a informação coletada (estatísticas e documentos) foi depois complementada através de entrevistas e observação não participante. Esta fase da pesquisa de campo foi realizada ao longo do mês de agosto de 2023 e envolveu o procedimento de observação do *modus operandi* do KWENDA. Foram observados o efeito do projeto na comunidade, o seu acolhimento pelas populações e o seu impacto nas famílias visadas na sua atuação.

A pesquisa realizada procura destacar o papel do Estado na intervenção nas comunidades rurais por meio de políticas públicas. A análise concentra-se principalmente na "ação da mão

esquerda" (Bourdieu, 1998), focando quatro eixos de atuação principais associados às funções sociais dos serviços públicos de providências (monitorizados a partir da análise de indicadores específicos): a educação (número de escolas de ensino básico e secundário; número de anos de escolaridade de crianças e jovens; número de crianças e jovens fora do sistema escolar); saúde (doenças mais comuns; número de estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde); qualidade de vida (acesso a água potável; acesso à rede elétrica na habitação); trabalho (informalidade; centralidade da agricultura de subsistência; principais atividades por género).

A análise destas componentes de atuação do Estado e dos seus efeitos nas configurações de pobreza na Comuna da Capupa é realizada tendo por base informação substantiva produzida pelo INE (2020) no âmbito do relatório de caracterização da pobreza multidimensional nos municípios de Angola.

Adicionalmente, na observação das ações políticas promovidas no âmbito do KWENDA, desenvolve-se uma caracterização compreensiva ou qualitativa (apoiada na análise documental e de entrevistas) das condições de vida das famílias da comuna da Capupa, e procurando analisar – em que medida as ações do KWENDA contribuíram, ou não, para a diminuição da pobreza e da vulnerabilidade social dessas famílias. Esta análise é estruturada tendo em conta os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a operacionalização das componentes, a estrutura organizativa bem como o método de intervenção do KWENDA;
2. Apontar as ações desenvolvidas e os resultados alcançados;
3. Identificar as principais atividades desenvolvidas pelos homens e as mulheres e como estão distribuídas;
4. Descrever o impacto do KWENDA nas condições de vida dos agregados familiares beneficiados na comuna da Capupa.

A análise da informação procurou dar-nos a possibilidade de compreender mecanismos de operacionalização de políticas públicas – no caso enquadrados pelo programa KWENDA – investidos na capacitação de territórios e populações e na mitigação da pobreza. A análise se concentrará nos quatro eixos que compõem o programa: Transferências Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Ação Social e Reforço do Cadastro Social. Assim, será avaliado se esta medida a médio e a curto prazo é a mais viável para mitigação da pobreza, de modo que os habitantes da Capupa possam ter assistência médica, educação escolar, saneamento básico, oportunidades de emprego e um rendimento condigno.

## 2.1 Universo e amostra

Com uma população estimada em 367 mil habitantes, o Cubal é o terceiro município mais populoso da província de Benguela. Administrativamente o município está constituído pela comuna-sede, correspondente à cidade de Cubal, e pelas comunas de Yambala, Capupa e Tumbulo (Lomaum). Por razões de conveniência no acesso ao campo, acrescidas do fato de ser uma das primeiras a beneficiar das quatro etapas do pagamento do Programa KWENDA, escolhemos a comuna da Capupa como referencial empírico de observação. O universo representado nesta investigação é constituído pelos responsáveis/políticos locais, autoridades tradicionais, supervisores, agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário e beneficiários diretos de ajuda facultada no quadro do KWENDA.

Com o objetivo de captar tanto as oportunidades quanto os desafios enfrentados, buscamos mobilizar informantes privilegiados que, devido à sua posição na implementação do KWENDA, pudessem oferecer uma visão representativa da diversidade de experiências. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (guiões em anexo) com diversos participantes: Diretora do Instituto de Desenvolvimento Local (IDL) - FAS em Benguela, técnicos supervisores, Administrador Comunal, Regedor, Soba, agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário bem como e responsáveis de agregados de famílias beneficiadas. O número de entrevistas foi determinado considerando sobretudo o critério de diversidade de perfis dos beneficiários diretos (Ruquoy, 1997). Essa diversidade é assegurada por meio de critério como género e idade, posição na comunidade, setor de liderança/posição técnica, no caso dos dirigentes. Outro fator determinante foi a possibilidade de acesso aos núcleos familiares dentro do período limitado para a concretização das observações e contactos de terreno. A maioria das entrevistas foi conduzida presencialmente, com exceção da diretora e uma supervisora, que foram entrevistadas remotamente.

No contexto das entrevistas aos líderes da comunidade e aos representantes do corpo técnico da atuação, além dos elementos de caracterização sociodemográfica e profissional, procuramos sobretudo saber o tempo que estão envolvidos no KWENDA e o que representa para eles. Levantou-se questões também sobre o dia-a-dia das famílias, as principais dificuldades que enfrentam, caracterização do programa e seus objetivos, a operacionalização das componentes e a estrutura organizativa, o método de intervenção do programa, os beneficiários e que benéficos o KWENDA trouxe para as famílias e principais problemas identificados na operacionalização o programa.

Em relação às famílias, além das caracterização sociodemográfica o objetivo principal das entrevistadas foram apreender a sua situação perante o trabalho, escolaridade, qualidade de vida e a habitação, tipos de apoio recibo do KWENDA e se gerou alguma mudança, bem como a avaliação sobre o programa.

Quadro 1 - População da amostra

<b>Categoria dos entrevistados</b>	<b>Posição na comunidade</b>	<b>Género</b>	<b>Idade</b>	<b>Papel na comunidade</b>
Responsável políticos	Administrador	M	45	Representante da administração municipal na comuna. Serve de ponte entre o governo e a comunidade.
Autoridades tradicionais	Regedor	M	69	Administrar a justiça; mediar conflitos; preservar a tradição cultural; representar os interesses da comunidade junto às autoridades governamentais.
	Sobas	M	51	
		F	48	
Técnicos do FAS – Instituto de Desenvolvimento Local	Chefe do Departamento provincial do IDL - FAS - Benguela	F	29	Assegura o normal funcionamento do KWENDA. Planifica, orienta, avalia as atividades e supervisiona as equipas de trabalho.
	Supervisores	M	25	Desenvolver as atividades e coordenam as equipas de trabalho no campo.
		F	26	
	ADECOS	M	22	Educar e sensibilizar a comunidade para saúde, saneamento, segurança alimentar, empoderamento comunitário.
		F	36	
		F	39	
		F	45	
Beneficiários	<b>Género</b>	<b>Idade</b>	<b>Nº de agregado</b>	<b>Situação perante o trabalho</b>
	M	36	5	Agricultor
	F	39	4	Agricultora
	F	45	6	comerciante

Fonte: elaboração própria

Com base nas entrevistas realizadas, consideramos diversas variáveis de diversidade entre os líderes e representantes da comunidade, incluindo gênero, idade, posição e papel na comunidade. A amostra abrangeu representantes do setor político, autoridades tradicionais e técnicos de intervenção, com uma ligeira predominância de mulheres (seis mulheres) de diferentes faixas etárias, variando de 22 a 69 anos. A média de idade dos participantes foi de aproximadamente 42 anos, com um desvio padrão de 13,40. As funções desempenhadas incluem administrador, Chefe de Departamento, Regedor, Sobas, Supervisores e Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário.

No caso dos beneficiários, temos duas mulheres e um homem, com as idades variando entre os 36 a 45 anos. Cada agregado tem, em média, cinco membros, e as principais atividades laborais incluem agricultura e comércio. Essa diversidade de perfis contribui para uma compreensão abrangente do impacto do programa nas diferentes camadas da comunidade.

## 2.2 Tratamento e organização de informação recolhida

Recorreu-se ao software MAXQDA para o tratamento, organização e a análise da informação coletada. A utilização dessa ferramenta foi essencial para garantir a qualidade e a precisão dos resultados, além de proporcionar uma compreensão mais aprofundada dos dados. As principais categorias selecionadas foram as “Desigualdades Sociais”, “Programa de Fortalecimento de Proteção Social - KWENDA”, organizada da seguinte forma:

1. **Desigualdades sociais:** género / representatividade; condições socioprofissionais; Rendimento; pobreza multidimensional - educação; saúde; qualidade de vida e habitação; situação perante o trabalho.
2. **Programa KWENDA:** missão central; componentes, operacionalidade, e estrutura organizativa; método de intervenção; formas de atribuição dos benefícios; resultados alcançados; outros.

Quanto à categoria "Desigualdades sociais", o estudo busca aprofundar as recomendações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ODS 10, que orienta a adoção de políticas para alcançar maior igualdade, especialmente em termos de proteção social (UNRIC, 2016). Já a partir da categoria Programa KWENDA construiu-se o quadro de análise da Teoria da Mudança com objetivo de interpretar o impacto do programa na mitigação da pobreza e vulnerabilidade social das famílias da comuna da Capupa.

## 2.3 Limitações ao estudo

Conduzir a pesquisa na comunidade rural de Capupa apresentou-se como um grande desafio, desde logo no acesso à mesma, já que as estradas são de terra batida, sem manutenção desde há décadas, e não existem formas de contacto alternativas como telefone ou Internet. A limitação de fontes escritas sobre o município limitou a profundidade sobre a descrição do perfil sociodemográfico, económico e social da comuna, onde aplicamos a investigação. Como alternativa, foi necessário recorrer a fontes orais, nomeadamente a entrevista de lideranças locais, com intervenção em várias áreas de atuação relevantes para a construção de uma visão, simultaneamente, abrangente e complexa das condições de vida da comunidade em observação. Essas limitações ressaltam a necessidade de mais pesquisas futuras com maior disponibilidade de recursos e acesso a bibliografia mais extensa (Ruas, 2021).

É ainda importante destacar que como estudante angolano em Portugal enfrento limitações socioeconómicas que dificultam a realização de viagens, em qualquer momento, a Angola por conta própria. No entanto, consegui viajar no ano passado e aproveitei essa altura para coletar os dados, embora ainda não tivesse consolidado totalmente todo o quadro teórico da pesquisa. Apesar das

limitações a essa situação, os contactos no terreno foram feitos nesse período e trouxeram contributos relevantes para a pesquisa que apresento.

## PARTE III – Descrição do campo empírico

### Capítulo 3. Desafios de Angola perante as metas de desenvolvimento sustentável

Na análise realizada neste trabalho, mencionamos algumas políticas estratégicas que precedem o programa KWENDA. Assim sendo, propomos realizar a análise do panorama institucional da política pública social em Angola tendo como referencial empírico principal o Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022), nomeadamente tendo como foco o escrutínio dos seus objetivos e áreas prioritárias de intervenção e respetivo enquadramento e efeitos esperados na melhoria das condições de vida das populações. Além disso, a análise procura ainda confrontar as metas estabelecidas no PDN e as metas definidas por agendas de desenvolvimento internacionais. No entanto, o PDN 2018-2022 visa promover o desenvolvimento socioeconómico e os territórios do País. tem um carácter prospetivo e plurianual, abrange os níveis nacional, sectorial e provincial de planeamento, e implementa as opções estratégicas de desenvolvimento.

(PDN, 2018; PNUD *et al.*, 2020).

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países até 2030 é uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para os países membros das Nações Unidas. No caso específico de Angola, espera-se que, até ao referido ano, no âmbito deste objetivo específico, o país possa i. assegurar um crescimento sustentável do rendimento dos 40% da população mais pobre a uma taxa superior à média nacional; ii. empoderar e promover a inclusão social, económica e política em condições de igualdade a população; iii. consolidando esta atuação para a igualdade de oportunidades e a equidade através de iniciativas legislativas, de políticas gerais e setoriais e de ações de mitigação de práticas discriminatórias iv. bem como da definição de procedimentos de melhoria de regulamentação e sua monitorização nas áreas financeira, fiscal, salarial e de proteção social<sup>3</sup>.

De acordo com o relatório do PNUD (2017), embora o coeficiente de Gini médio não ponderado para a África subsariana – onde encontramos Angola – tenha diminuído 3,4 pontos percentuais entre 1991 e 2011, a região continua a ser uma das mais desiguais do mundo. Segundo ainda o mesmo relatório, os vetores estruturais básicos da desigualdade podem ser divididos em três grupos: “i) uma estrutura económica altamente dualista, com o emprego limitado da elite trabalhadora no governo, em empresas multinacionais e no setor extrativo, enquanto a maioria da mão-de-obra recebe rendimentos muito mais baixos no setor informal ou de subsistência; ii) alta concentração de capital físico, capital humano e terras (...) em certos grupos ou regiões; iii) uma capacidade distributiva limitada do Estado (...) (idem, p.2).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://angola.un.org>

É interessante notar que o relatório aponta, entre as diversas razões para o aumento das desigualdades, destaca-se o crescimento da força de trabalho na administração pública. Isso é particularmente intrigante, considerando que, nesses países, (como é caso de Angola) o Estado frequentemente se mostra insipiente e incapaz de fornecer serviços públicos adequados devido à falta de recursos humanos qualificados. Não se trata apenas de injetar recursos financeiros; é fundamental investir na qualificação da população. Adicionalmente, é essencial que a estrutura do Estado atue como um mecanismo de regulação na distribuição da riqueza e atuação do Estado seja um mediador que capacita os cidadãos e trabalha para mitigação das desigualdades sociais.

No contexto da região da África Austral, Angola possui a quinta maior área terrestre – com 1.246.700 km<sup>2</sup> e uma extensão marítima de 1.650 Km – e a terceira maior economia, potenciada pela enorme riqueza de recursos minerais, entre os quais se destacam: o petróleo, o gás natural, os diamantes, os fosfatos, as substâncias betuminosas, o ferro, o cobre, o magnésio, o ouro e rochas ornamentais, entre outros. No entanto, as formas de organização da produção de trabalho, pautadas por forte informalidade, contrastam intensamente com as condições que acompanharam o surgimento e a consolidação das elites, proprietárias e políticas, após a independência (Pestana, 2000; Carvalho; 2008 *apud* Destino, 2023). Neste sentido, sustenta-se que este é um dos fatores que contribui para o aumento das desigualdades em Angola.

Após 20 anos de gestão centralizada, nos anos 90, a economia começou a ser liberalizada, num processo que em grande medida é cotutelado através de parcerias estratégicas entre o poder político central e os organismos de cooperação internacional em particular, o PNUD e o Banco Mundial, através de programas de “ajuda ao desenvolvimento”, com um pendor neoliberal. Tais iniciativas parecem ter como princípio capacitar a sociedade civil para o empreendedorismo económico como via de melhoria da administração para o desenvolvimento, “libertando-a” da necessidade de atuação do serviço público – que na realidade em Angola é incipiente (Ceic - Ucan, 2021, pp. 24-24).

Vale ressaltar que os programas de "ajuda ao desenvolvimento" continuam a fracassar porque em grande medida a ênfase tem sido em atender às exigências das agendas internacionais, negligenciando as reais necessidades do povo angolano. Como evidências, há 22 anos não foram cumpridas as expectativas criadas após o fim da guerra civil de que o país iria diversificar a sua economia e transformar o crescimento económico em bem-estar da população. Pelo contrário, a população continua cada vez mais empobrecida<sup>4</sup>.

Na realidade a transição observada não diminuiu a estrutura centralizada de poder, materializada na capacidade de controlo do capital e de exercício de decisão e autoridade relativamente a diferentes aspetos da vida social, económica e política do país, nas mãos das lideranças

---

<sup>4</sup> <https://expansao.co.ao> (outubro, 2024)

entretanto constituídas durante a 1.<sup>a</sup> República: essencialmente, homens com um passado ligado ao movimento popular de libertação de Angola e à luta armada militar que se estende até 2002, quando termina a guerra civil. Como bem assinala Destino (2023) no período pós-independência, quando os meios de produção eram estatais, os líderes governamentais exerciam controle e, isto resultou na formação de uma classe poderosa ligada ao Estado, que até hoje influencia os meios de produção e molda a realidade social de acordo com seus interesses materiais e ideológicos.

Esta classe dirigente, composta, fundamentalmente, por militares, políticos e empresários influentes, detém uma parte significativa da riqueza do país. Entre esta elite e a esmagadora maioria da população, encontramos uma “classe média”, composta por especialistas de profissões técnicas e científicas e quadros técnicos superiores e intermédios, que exercem a sua atividade em organismos da administração central e na gestão e operacionalização de projetos impulsionados num quadro de cooperação internacional. Embora em expansão – o que se espera possa acontecer em reforço de capacidade de atuação do Estado nas diferentes frentes da “mão esquerda” é uma classe que mantém uma presença residual no todo da sociedade angolana, estando sobretudo concentrada na capital, Luanda e apresentando variações relevantes nas suas condições de vida, tanto em termos dos níveis de rendimento como de status social (Destino 2023). Em contrapartida, a maioria da população, com uma inserção precária na atividade económica (essencialmente informal) apresenta um perfil qualificacional pautado por forte iliteracia enfrenta, no geral, condições (muito) precárias de vida.

Nesta conformidade, estima-se que o país tem mais de 34 milhões de pessoas (*The World Bank Group*, 2023), destas 32,54 % residem em meio rural e têm como atividade central a agricultura, a pecuária e os pequenos negócios (*The GlobalEconomy.com*, 2022) exercida em modo de subsistência. Cerca de 25% da população adulta angolana ainda é analfabeta. Trata-se maioritariamente de mulheres das zonas rurais. No Sistema de Ensino verificam-se, também, elevados índices de atraso escolar (PDN 2018 – 2022: 99). O analfabetismo em Angola afeta principalmente as mulheres e as meninas como resultado das várias situações que elas enfrentam. Uma delas é a gravidez precoce. A questão do analfabetismo não é apenas um problema residual herdado do passado, mas um problema atual e complexo. Por outro lado, a taxa de natalidade (38,20%) no país significa que a cada ano as crianças continuam a ser registradas fora do sistema de ensino<sup>5</sup>.

Este quadro é reforçado com a análise sobre a pobreza multidimensional tal como é apresentada pelo INE (2020), que aponta para existência de grandes desigualdades na distribuição de rendimentos, e, sobretudo, para a presença disseminada em todo o território (mas particularmente nas regiões rurais) de situações de pobreza estrutural e sistémica, que afeta uma parte significativa da

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://blogs.unic.co.ao>. consultado em outubro de 2024

população: mais da metade da população (54%); 88% nas regiões rurais, vive em pobreza multidimensional. Isto significa que os angolanos que vivem nas zonas rurais enfrentam desafios maiores nos serviços públicos essenciais, como saúde, a educação e trabalho. Essa situação fragiliza as famílias dessas regiões, resultando em uma diminuição do poder de compra e na qualidade de vida.

### **3.1 Quadro institucional das políticas públicas sociais em Angola**

Em 2009, um diagnóstico revisado pelo Estado angolano concluiu que, apesar do crescimento económico, a pobreza continua a ser um desafio significativo na sociedade. Nesse contexto, foram criados dois instrumentos importantes: primeiro, um estudo que delinea as configurações do Estado de Providência em Angola (Pedroso et al., 2012); e segundo, o Planos Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 -2022 (PDN) que inclui o programa KWENDA. No âmbito do PDN 2018-2022, o Quadro 2 apresenta as diversas Políticas Estratégicas destinadas ao combate à pobreza, à promoção da igualdade de género e ao empoderamento da mulher, assim como à educação de jovens e adultos. Essas estratégias surgem como resposta à necessidade de revisão dos objetivos e prioridades nacionais no combate à pobreza e à pobreza extrema em Angola, visando a redução da taxa de incidência de pobreza a curto e a médio prazo (INE, 2020: 17).

**Quadro 2 - Políticas estratégica de desenvolvimento em Angola 2018 - 2022**

Programas de ação	Objetivos gerais	Indicadores de medida
<p><b>Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza</b></p>	<p>Reduzir a taxa de incidência da pobreza, no médio prazo através de: Inclusão produtiva rural e urbana;</p>	<p>As expetativas foram que até 2022: Alcançar pelo menos 2.153.900 pessoas seriam integradas em atividades geradoras de rendimento;</p> <p>Alcançar pelo menos 28.300 crianças menores de 5 anos, provenientes de famílias pobres, beneficiam do Rendimento Social Mínimo;</p> <p>A taxa de incidência da pobreza passa de 36% em 2017 para 25% em 2022;</p> <p>Elaboração de 2 diagnósticos da vulnerabilidade em Angola;</p>
<p><b>Promoção do Género e Empoderamento da Mulher</b></p>	<p>Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, valorizando o papel da mulher em todos os domínios da sociedade, político, económico, empresarial, laboral, pessoal e familiar;</p> <p>Assegurar, de modo mais significativo, o empoderamento das mulheres jovens e da mulher rural, por via do reforço da sua qualificação profissional</p>	<p>Visou capacitar 5.000 mulheres rurais como Parteiras Tradicionais, até 2022;</p> <p>Capacitar 9.000 jovens mulheres em gestão de pequeno negócio, até 2022.</p>
<p><b>Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos</b></p>	<p>Reduzir o índice de analfabetismo literal e funcional da população jovem e adulta, com realce para as mulheres nas zonas rurais e periurbanas, através da intensificação das ações de alfabetização;</p> <p>Diminuir o atraso escolar dos adolescentes, jovens e adultos, através do alargamento da aceleração escolar nas escolas do ensino primário e aumento do número de adultos a frequentar o ensino secundário;</p> <p>Melhorar as qualificações dos jovens e adultos com o ensino primário de adultos, através da sua participação em cursos de formação profissional.</p>	<p>Até 2022: Alcançar em 82,8% a taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos (maiores de 14 anos); No máximo, atingir em 17,6% o índice de alunos com atraso escolar no Ensino Primário; A proporção de adultos com atraso escolar no ensino secundário passa de 42,4% em 2017 para 28,8% em 2022;</p> <p>Até 2022, 50% dos jovens e adultos que concluem o ensino primário de adultos são encaminhados para Centros de Formação Profissional</p>
<p><b>Programa de Fortalecimento de Proteção Social - KWENDA</b></p>	<p>Mitigação da pobreza de curto e médio prazo aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias vivem em situação de vulnerabilidade social;</p> <p>Ajudar estabelecer um Sistema Nacional de Proteção Social eficaz.</p>	<p>Até 2023: Transferências Sociais Monetárias a 1.608.000 agregados familiares; Beneficiar 20.000 pessoas em Inclusão Produtiva; Beneficiar 600.000 pessoas em serviços de Municipalização da Ação Social; Cadastrar 5.000.000 pessoas beneficiários do KWENDA na base de dados da proteção social.</p>

Fonte: elabora própria

Diante do quadro 2, é importante salientar que principal objetivo do “Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate a Pobreza” consistiu em reduzir a taxa de incidência de pobreza, no

médio prazo. Este plano surgiu a partir da necessidade de rever os objetivos e prioridades a prosseguir no combate à pobreza e à pobreza extrema em Angola, num novo ciclo político, económico e financeiro (PND 2018 – 2019, pp.78- 79)

Quanto ao “programa de Promoção do Género e Empoderamento da Mulher”, surge com intuito de fazer jus a Agenda 2030 e a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género que Angola se comprometeu. Uma vez que a ausência da dimensão “género” nas políticas, consequentemente, nos planos, programas e ações/projetos coloca as mulheres numa posição de desvantagem em relação aos homens, até porque já constituem a franja da população com menos oportunidades de educação e trabalho (PDN 2018 -2019: 83).

A Educação de Adultos desempenha um papel crucial na redução da pobreza, no exercício da cidadania, na melhoria da saúde e da nutrição e na promoção de práticas ambientais sustentáveis. O programa de Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos visa responder aos vários desafios da alfabetização de Jovens e Adultos, nomeadamente: i) insuficiência de recursos financeiros para subsidiar os alfabetizadores, facilitadores e supervisão pedagógica ii) insuficiência de manuais e outros materiais de apoio; iii) insuficiência de professores com formação pedagógica adequada para a generalização do 1º ciclo do Ensino Secundário (PDN 2018 -2019:)

Os objetivos do KWENDA (apoio em renda a famílias pobres em zonas rurais e reforçar um sistema permanente de Segurança Social), estão alinhados com o PND de Angola para 2018–2022, se olharmos para o objetivo programático 1.5 sobre proteção social, desenvolvimento local e alívio da pobreza, do Eixo Estratégico 1 sobre “Desenvolvimento Humano e Bem-Estar Social” (FAZ – IDL, 2023: 6). Contudo, vale ressaltar que o programa KWENDA, foco da nossa investigação, será explorado detalhadamente nos parágrafos seguintes.

A elaboração do PDN é condicionada genericamente por diversos contextos, tanto nacionais quanto internacionais. Entre os fatores que moldaram o PND 2018-2022, destacam-se a Agenda 2063 da União Africana que sublinha “a prosperidade de África deve basear-se no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, onde este seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo Africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança)” (CUA, 2015:1). Enquanto o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) destaca que “alavancar as áreas de excelência e implementar prioridades para alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo, através de uma boa governação deve ser uma prioridade nas agendas de governação dos países membros (...)” (SADC RISDP, 2020:12). Já em relação a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável destacam-se ODS 1 Erradicar a pobreza e o ODS 5 igualdade de género. No fundo o grande foco dessas políticas de melhoria das condições de vida tem como referência a redução da pobreza nas regiões do país.

A execução estratégias apontadas no quadro 2, foram coordenadas e asseguradas pelo Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) em colaboração com outros ministérios que compõem administração pública do Estado referido nas páginas anteriores. Este órgão ministerial tem a competência de propor e promover políticas e estratégias voltadas aos indivíduos e grupos mais vulneráveis da sociedade, bem como para a promoção do desenvolvimento local e a erradicação da pobreza. Cabe também a ele a proteção e promoção do bem-estar familiar, o empoderamento das mulheres, o desenvolvimento das comunidades bem como promover a igualdade e equidade de género (PDN, 2018).

Embora a taxa da incidência da pobreza tenha reduzido de 68% em 2001 para 36,6% em 2009 (INE, 2010), durante a fase de crescimento da economia angolana entre 2004 e 2008, com uma taxa anual de 17,4%, os benefícios desse crescimento não se traduziram em desenvolvimento para a maioria da população. Mas, sim foi dada como prioridade à defesa e segurança em momentos de crise. Os anos seguintes (2010 – 2015) marcados pelas crises financeira e energética internacionais, permitem concluir que o crescimento económico do período assinalado não resultou numa melhoria sustentada das condições de vida das populações, resultando que os ganhos obtidos são depois anulados, empurrados sobretudo pelo desemprego (Ceic - Ucan, 2018: 272).

Na sequência da avaliação dos programas direcionados à erradicação da pobreza, o relatório sobre mapeamento e diagnóstico dos Programas Sociais em Angola, conduzido em 2020, analisou 36 iniciativas no contexto da Covid-19 e da revisão intercalar do PDN 2018-2022. O diagnóstico apontou as oportunidades para revisar e acelerar a implementação dos programas sociais, visando facilitar o alinhamento entre planeamento (PDN, 2018-2022), orçamento (OGE) e, sobretudo, catalisar o financiamento público e privado com mais impacto nos ODS com base nas prioridades nacionais (PNUD et al., 2020).

Diante do que foi até aqui, vale referir que a dificuldade estrutural e sistémica em construir uma ação pública universal que assegure um quadro institucional protetor de direitos básicos para uma vida digna nas várias dimensões que compõem a mão esquerda é certamente um fator que contribui para a disseminação e intensidade dessas desigualdades, especialmente na sua expressão mais precária: a pobreza.



## PARTE IV – Análise e interpretação dos resultados

### Capítulo 4 - Síntese dos resultados

#### 4.1 Programa KWENDA, dimensões de análise e impactos esperados

A análise desta parte final do trabalho será conduzida em três níveis distintos. Primeiramente, será examinado o programa em uma perspectiva nacional (nível macro). Em seguida, a análise se concentrará no município do Cubal, especificamente na comuna da Capupa (nível meso). Por último, será explorada a interpretação do impacto do programa a partir das perspectivas das partes diretamente envolvidas e comprometidas, incluindo supervisores, líderes comunitários, técnicos, e os responsáveis pelos agregados familiares beneficiados (nível micro). Esta abordagem multifacetada permitirá uma compreensão abrangente dos efeitos e percepções do programa em diferentes contextos e escalas.

O principal objetivo do KWENDA é apoiar aproximadamente 1.608.000 agregados familiares da zona rural que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social, por meio de transferências diretas de rendimentos no valor de 33.000 Kwanzas a cada trimestre (equivalente a cerca de 11 euros por mês por família). Essa iniciativa visa aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias, além de contribuir para a criação de um Sistema Nacional de Proteção Social eficaz. Com a recente implementação da nova tabela salarial, que entrou em vigor em setembro de 2024, o salário mínimo em Angola passou a ser de 70.000 Kwanzas (cerca de 70 euros por mês), um aumento significativo em relação aos 40.000 Kwanzas anteriores. Além disso, a pensão mínima para aqueles que contribuíram por pelo menos 5 anos varia entre 20.000 a 30.000 Kwanzas <sup>6</sup>.

Este programa, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 125/20, de 20 de maio, tem um valor total de 420 milhões de USD. Deste montante, 320 milhões de USD são financiados pelo Banco Mundial e 100 milhões de USD pelo governo de Angola<sup>7</sup>. O KWENDA é um programa estruturado em quatro componentes principais: Transferências Sociais Monetárias (TSM), Inclusão Produtiva (IP), Municipalização da Ação Social (MAS) e Cadastro Social Único (CSU). Inicialmente, o programa foi projetado para abranger 40 municípios, conforme detalhado no Documento de Avaliação do Programa (PAD). Contudo, os dados do Relatório sobre Pobreza Multidimensional em Angola (INE, 2020) destacaram a necessidade de expandir essa cobertura para incluir mais municípios, comunas e aldeias/bairros, como evidenciado na Tabela 1. Atualmente, o KWENDA se estende a todo o território nacional, ampliando seu alcance e impacto. Porém, interessa-nos levantar as seguintes questões:

---

<sup>6</sup> KWENDA (2024). Disponível em <https://fasangola.com/programas/kwenda> (outubro, 2024)

<sup>7</sup>Idem.

existe algum plano específico para financiar ou apoiar a expansão do KWENDA a novas áreas? Com que financiamento?

Tabela 1 - Âmbito geográfico do programa KWENDA

Províncias	Municípios	Comunas	Aldeias/Bairros
18	60	214	9 397

Fonte: FAS - Instituto de Desenvolvimento Local, 2023.

Entretanto, o KWENDA representa uma das formas de o Estado agir junto das comunidades. Este programa, em grande parte sustentado pela cooperação internacional (que assegura 76% do financiamento), busca responder às fragilidades do sistema de proteção social em Angola. Assim, o programa procura reduzir as lacunas na oferta de serviços sociais essenciais e melhorar a qualidade de vida das comunidades vulneráveis através de quatro componentes: Transferências Sociais Monetárias (TSM), Inclusão Produtiva (IP), Municipalização da Ação Social (MAS) e Cadastro Social Único (CSU).

- **Transferências Sociais Monetárias:** consiste na atribuição de uma renda trimestral de AOA trinta e três mil Kwanzas (cerca de 33 euros em cada trimestre) para cada agregado familiar;
- **Inclusão Produtiva:** identifica e apoia iniciativas económicas produtivas das famílias no quadro do autoemprego e da geração de renda;
- **Municipalização da Ação Social:** visa facilitar e aproximar os serviços de ação social (registro civil, a assistência em casos de violência doméstica, o atendimento a idosos e a pessoas com doenças crónicas, encaminhamento adequado para postos de saúde) aos cidadãos por meio Centros de Ação Social Integrados;
- **Cadastro Social Único:** plataforma que reúne dados dos cidadãos em situação de pobreza e vulnerabilidade, facilitando a coordenação e implementação das políticas sociais (ADRA, 2022).

O programa é coordenado por uma Comissão Intersectorial, liderada pela Ministra de Estado para a Área Social, com apoio dos Ministros da Ação Social, Família e Promoção da Mulher e da Administração do Território. Sua implementação é responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Local – FAS, uma agência governamental com autonomia financeira e administrativa. Além disso, participam diversos atores locais, incluindo Governos Provinciais, Administrações Municipais, seis ONGs, 46 OCBs, três Bancos comerciais, três Agentes locais de pagamento, Autoridades tradicionais, uma Agência de telefonia móvel, 2012 ADECOS e Supervisores (idem). Nesse contexto, a Diretora do FAS – Instituto de Desenvolvimento Local de Benguela destacou, em uma entrevista, que “colabora com a ADRA, também Likonguelo e Associação Adquirida, na área periurbana, no âmbito da Inclusão Produtiva. Ela ressaltou que o FAS não possui a capacidade necessária para oferecer treinamentos e capacitações aos beneficiários dessa iniciativa”.

## 4.2 Perfil do município do Cubal

O município do Cubal, tem uma área global de 4.794 km<sup>2</sup>, representando 12% da área da província de Benguela e 0,38% do território nacional. Está localizado no planalto da província de Benguela, com uma altura média entre 900mts e 1000mts. É composto por quatro comunas: Sede, Capupa, Tumbulo e Yambala. A vila foi elevada à categoria de cidade, através do Portal 15371, Decreto número 48033 de 11 de novembro de 1967, pelo Despacho do então Governador Vaz, de nacionalidade Portuguesa. Diversos grupos étnicos, com predominância dos Vahanha, no Sul, Kissanjes, no Norte, e Bocoios e Mungandas, no Leste, compõem o município. Segundo os Censos de 2014, a população total é de 304.530 pessoas (representando 14% da população total da província de Benguela), dos quais 48,5% são homens e 51,5% são mulheres. A densidade populacional do município é de 63,5 pessoas por km<sup>2</sup>. Cerca de 53% da população reside na sede do município. (ADRA, 2021).

Em termos económicos o Cubal é um dos principais centros logísticos de Benguela, graças à sua condição de centro rodoviário e ferroviário, comercial e à produção agropecuária. A população residente depende principalmente da agricultura familiar para o seu sustento, considerando os ciclos produtivos que variam de 4 a 6 meses, geralmente (ADRA, 2024). No setor da saúde, o município conta com dois hospitais, sendo o principal o Hospital Municipal do Cubal, no centro da cidade, e o Hospital Nossa Senhora da Paz, gerido pelas irmãs Teresianas. Além de postos e centros de saúde nas diferentes comunas, ao todo, 689 funcionários, entre enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, médicos e auxiliares administrativos, garantem a prestação de serviços de saúde à população, quer na sede municipal, quer nas diferentes comunas. As principais doenças são a malária, a má nutrição e doenças respiratórias. Na área da educação, o Cubal possui 178 escolas, incluindo complexos escolares, colégios e unidades do II Ciclo (dois níveis de ensino – primário e secundário), contando com 2.889 funcionários, a maioria dos quais são professores<sup>8</sup>.

No setor da água, o rio Cubal é a principal fonte de distribuída através de ligações domiciliares e chafarizes (estruturas arquitetónicas que serve como uma fonte de água). A distribuição de energia elétrica é o principal desafio no município, que depende de grupos geradores devido à falta de acesso à rede pública interligada. A energia é fornecida de forma intercalada, com restrições que deixam alguns bairros sem luz. No setor produtivo, a Administração Municipal implementa um programa de fomento agrícola, pecuário e pesqueiro, distribuindo insumos e sementes para aumentar a produção agrícola na região<sup>9</sup>.

---

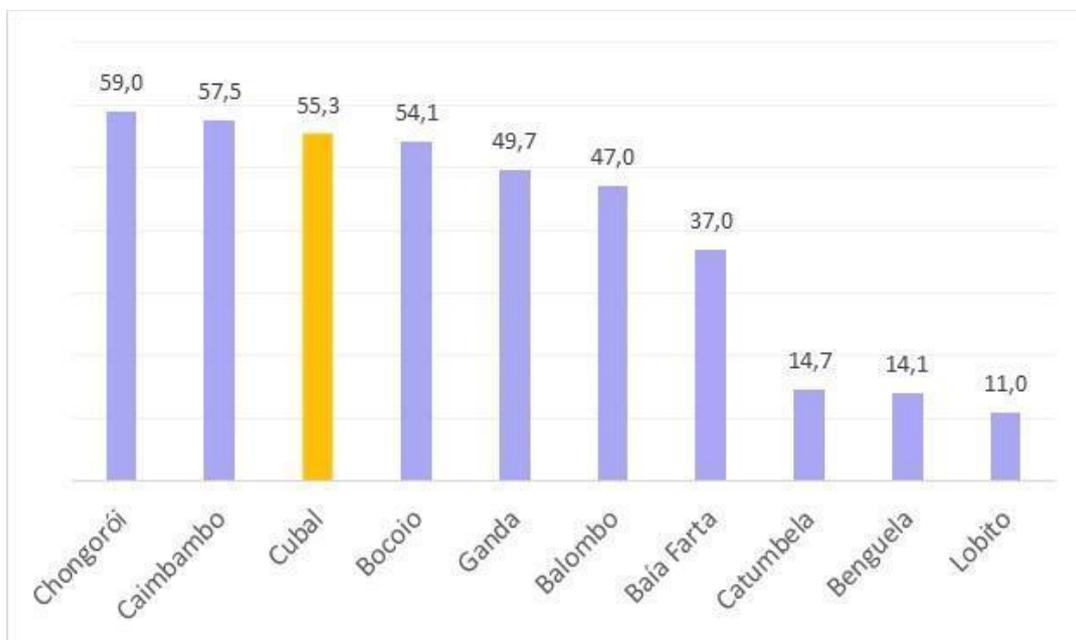
<sup>8</sup> ANGOP, 2024. Cubal celebra 56 anos sob o signo do progresso - Disponível em: <https://www.angop.ao>. (outubro, 2024).

<sup>9</sup> Idem.

A Administração Municipal do Cubal é o órgão da administração do Estado que representa o poder e a autoridade estatal nas comunas acima referenciadas, bem como o principal responsável local pela implementação de políticas definidas a nível central.

Os dados do último relatório sobre Pobreza Multidimensional nos municípios de Angola, posicionam o Cubal entre os três municípios com maior incidência da Pobreza Multidimensional no universo de 10 municípios que constituem a província de Benguela. De acordo com o gráfico 1, no município, em cada 100 pessoas, 55 são pobres. A interpretação destes dados, assinala na componente de ação pública estatal que os indicadores sobre saneamento básico ligados à distribuição de água e eletricidade da rede pública são os que mais contribuem para esta posição: em conjunto contribuem para mais de 30% para a pobreza no município (INE, 2019).

Figura 1 - Índice de Pobreza multidimensional nos municípios da província de Benguela (%)



Fonte: INE, 2020.

Contudo, é importante ressaltar o seguinte: dados disponíveis da administração municipal indicam que 70% dos munícipes consomem água dentro dos padrões recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o que quer dizer 30% da população tem como recurso os chafarizes. O facto de parte deste consumo ser através do recurso a chafarizes ajuda a explicar a incapacidade do Estado Angolano em distribuir e fazer chegar os serviços especificamente na distribuição de água e na eletricidade da rede pública, e ao mesmo tempo questionar, estes serviços água chega a povoações fora da sede do município, como Capupa?

Localizada ao sul da sede do município de Cubal, a comuna da Capupa abrange uma população total de 72.273 habitantes (23,7% da população residente no Cubal) distribuídos em 13 povoações, cada uma destas formada por grupos de aldeias, as quais internamente estão organizadas por "kimbos" – conjuntos de casas de construção tradicional (adobe, palha e madeira) de uma ou mais

unidades da família alargada. A principal atividade económica é a agricultura de subsistência e a criação de gado. Mas, um traço de especificidade é o facto de muitos dos pequenos agricultores, mulheres e homens da comuna, estarem organizados em cooperativas com implantação municipal, atuando para além do território estrito da comuna.

De acordo com o Administrador da Comuna<sup>10</sup>, no âmbito da saúde, esta possui dois centros de saúde e um posto médico localizado na povoação de Yambala e um posto móvel de registo civil. Em relação à educação, as escolas do território abrangem apenas a escolaridade obrigatória, ou seja, o primeiro ciclo do ensino secundário, que vai desde a iniciação até a 9ª classe. Tendo em conta a inexistência de transportes públicos adequados, os alunos que concluem a 9ª classe e pretendam prosseguir seus estudos precisam, obrigatoriamente, de se deslocar até à sede do município que dista 64 km, em média pode durar duas horas de viagem (de viatura).

A distribuição de eletricidade na Capupa está circunscrita a uma pequena zona correspondente à sede da comuna, sendo assegurado de forma precária através de geradores que funcionam apenas entre as 18h e as 21h, sem garantia de universalidade. Acresce a estas dificuldades o fato de o funcionamento dos geradores estar a cargo da administração municipal do Cubal, que é quem fornece o combustível. Isso afeta a vida cotidiana dos habitantes, quer as atividades domésticas, quer comerciais, de ensino à noite e outros usos importantes da eletricidade. Além disso, reforça a dependência da comuna face à administração do Cubal, a quem cabe a gestão da rede e a decisão sobre o seu funcionamento e condições (horários) de fornecimento de eletricidade.

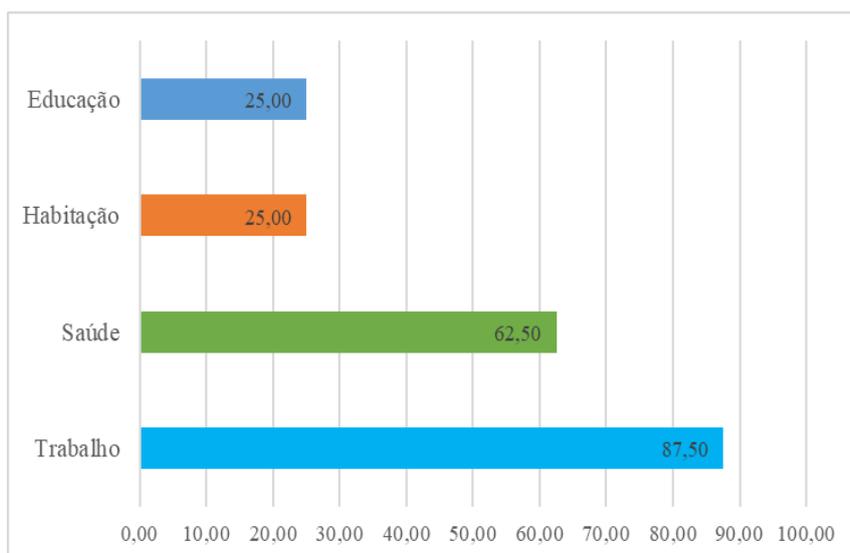
As condições precárias das vias de comunicação têm impactos significativos, também, na atividade económica e nas condições de mobilidade das pessoas em geral. Este cenário dificulta especialmente o transporte dos produtos locais para a sede do município ou para áreas fronteiriças. O comércio dominante está circunscrito à “economia da vida” (Barros, 2022). A atividade económica funciona, predominantemente, em moldes informais, em mercados que se estendem ao longo de estradas e caminhos, na venda e compra de produtos agrícolas e artesanais de produção familiar. Na mobilidade quotidiana, a ausência de serviços de transporte público ou privado adequados, determina a dependência de serviços de táxi, ou a utilização de motocicletas de duas ou três rodas, conhecidas como "Kaleluias"<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Entrevista exploratória efetuada ao administrador da comuna da Capupa no dia 15.08.23

<sup>11</sup> Idem.

Figura 2 - Dimensão da pobreza multidimensional na comuna da Capupa

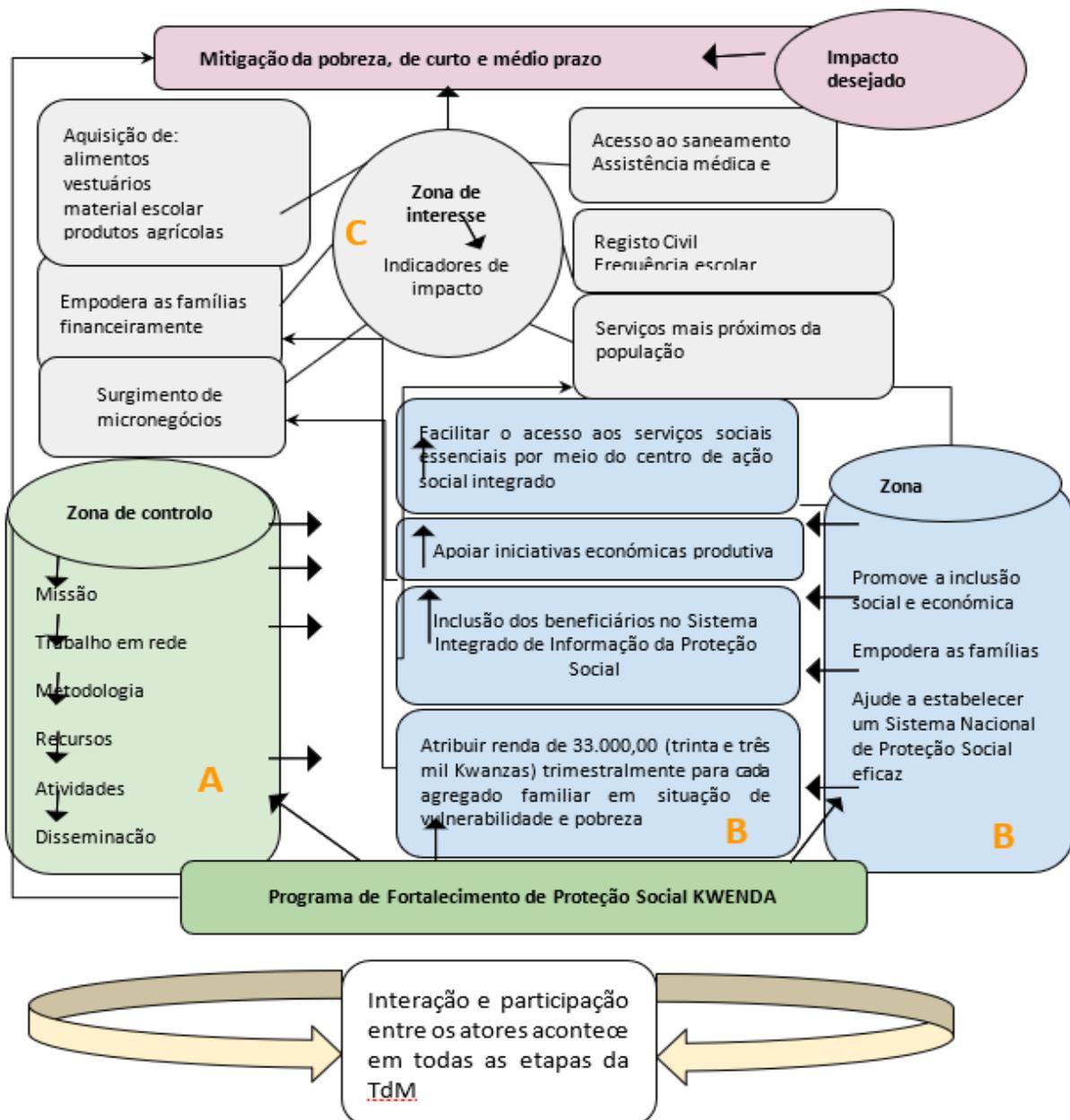


Fonte: elaboração própria

### 4.3 Teoria de Mudança

A aplicação da Teoria de Mudança (TdM) na análise do impacto do programa KWENDA oferece uma abordagem baseada num conjunto de pressupostos sobre o processo de mudança, que podem ser testados empiricamente, com base na análise das atividades implementadas no âmbito do programa (ver figura 3).

Figura 3 -Dimensões de análise e impactos esperados do KWENDA



Fonte: elaboração própria

Conforme discutido por autores como Rogers, Bolton e Claus, a TdM explica como as atividades são planeadas para produzir uma série de resultados que contribuem para alcançar o

impacto desejado. Ela consiste em um conjunto de hipóteses testáveis que (no caso do KWENDA, promove a inclusão social e económica, o empoderamento das famílias e ajuda a estabelecer um Sistema Nacional de Proteção Social eficaz) modelam a forma como uma intervenção deverá contribuir para um processo de mudança. Utilizando modelos lógicos, análise de evidências empíricas que permitem concluir em que medida um dado programa atinge os objetivos declarados, e se sim como é que isso ocorreu no terreno (Rogers, 2014; Bolton, 2018; Claus, 2023).

No contexto do presente estudo, para além da exploração e análise de documentos sobre o programa e de outros elementos informativos, incluindo estatísticas institucionais, revelou-se crucial a utilização de entrevistas com informantes privilegiados para obter uma visão compreensiva das experiências e perceções de responsáveis dos agregados familiares visados nas atividades desenvolvidas pelo KWENDA, quanto a se essas ações contribuíram, de facto, para a melhoria das suas condições de vida (Maye, 2020).

A TdM, como quadro conceptual e metodológico para este estudo, propõe analisar aquilo que configura o programa KWENDA. Para isso, é essencial compreender as etapas envolvidas:

**A. "Zona de Controle":** Esta fase abrange ações diretas, desde a preparação das atividades até a aplicação da metodologia de trabalho. Inclui o design do projeto, atividades de colaboração em rede, identificação dos recursos necessários e a comunicação do conhecimento gerado ao público-alvo. Baseia-se na focalização geográfica das aldeias, realizando cadastragem casa a casa com georreferenciação. Para isso, são utilizados smartphones conectados ao Sistema Integrado de Informação da Proteção Social (SIIPS) e são oferecidas três modalidades de pagamento: Multicaixa, telefone e dinheiro.

**B. "zona de Pressupostos/Atividades":** é uma fase crucial na execução das atividades planeadas pelo projeto, com foco na obtenção do impacto desejado. Nessa etapa, concentra-se na implementação das atividades específicas necessárias para alcançar o impacto desejado. Para viabilizar essa execução, o KWENDA realiza transferências diretas de renda aos agregados familiares previamente selecionadas no valor de AOA trinta e três mil Kwanzas (cerca de 34 euros/por agregado familiar em cada trimestre). Além disso, o projeto apoia iniciativas económicas produtivas, mas na prática este tipo de apoio é mais em complexo, em relação os outros espelhados no programa. Isto é, para se obter este tipo de apoio a comunidade tem de criar cooperativas ou grupos solidários, para recebem apoios como animais para criação, aquisição insumos agrícolas, quites de costuras ou valores para que os mesmo possam continuar com uma atividade produtiva. Por outra, visa facilita o acesso a serviços sociais essenciais através do Centro de Ação Social Integrado e assegura a inclusão dos beneficiários no Sistema Integrado de Informação da Proteção Social.

**C. "Zona de Interesse":** nesta etapa, analisamos os impactos com base nos indicadores gerados pelo KWENDA, que evidenciam como as condições de vida dos agregados familiares

beneficiados foram transformadas. O foco recai sobre os resultados tangíveis e as mudanças observadas nas vivências dos beneficiários. Espera-se, através da intervenção do KWENDA, que as famílias que receberam apoio financeiro direto adquiram a capacidade necessária para prover as suas necessidades básicas, como a compra de alimentos e suprimentos essenciais. Também, almeja-se o surgimento de pequenos negócios entre essas famílias, assim como a oferta de serviços mais acessíveis à população, nomeadamente assistência médica e medicamentosa, acesso ao saneamento básico e ao registro civil. Portanto, este quadro metodológico permite uma análise estruturada e detalhada do programa, desde a preparação e execução até a análise dos seus impactos (idem).

**Resultados alcançados:** no seu primeiro ano de implementação, o KWENDA focou-se, principalmente, nas Transferências Sociais Monetárias e no seu modo de operação, com o objetivo de consolidar o modelo institucional de execução, os métodos de cadastragem e o sistema de recolha e análise de dados para a determinação dos beneficiários, além de testar diferentes modalidades de pagamento, conforme relatado no relatório anual do KWENDA (ibidem, p.2). De acordo com o Instituto de Desenvolvimento - FAS, um total de 18.640 agregados familiares foram cadastrados na comuna da Capupa. Destes, 18.521 foram efetivamente inscritos, dos quais 18.106 (97,8%) foram consideradas elegíveis e apenas 415 (2,2%) foram classificadas como inelegíveis, conforme apresentado na Tabela 2. É importante destacar que são considerados inelegíveis todos os indivíduos que já recebem uma renda mensal fixa. Isso inclui, por exemplo, os funcionários públicos, pensionistas, sobas que recebem subsídios, entre outros.

Tabela 2 - Resultados alcançados na comuna da Capupa - 2020/2023

Comuna	Nº Bairro/Aldeias	Nº ADECOS	AF Cadastrado	AF Inscritos	AF Beneficiados		
					M	F	Total
<b>Capupa</b>	126	35	18 640	18 521	7 376	10 730	<b>18 106</b>

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Local - FAS, 2023

De acordo com os da Tabela 2, na comuna da Capupa, cada agente de desenvolvimento comunitário e sanitário acompanha em média 4 bairros e 517 famílias (considerando apenas o número de agregados familiares efetivamente inscritos); 41% dos agregados familiares inscritos têm como "cabeça de casal" ou representante da família uma mulher; 59% são representados por um homem.

#### **4.4 Desigualdades de género como uma dimensão crucial para compreensão da pobreza em Angola**

O género refere-se às diferenças sociais, culturalmente construídas, entre homens e mulheres, rapazes e raparigas que lhes conferem valores, oportunidades e possibilidades de vidas desiguais. Diz respeito também às características sociais genericamente percebidas com atribuições “tipicamente” masculinas e femininas, incluindo capacidades e expectativas sobre como as mulheres e os homens se devem comportar e orientar na sociedade (União Africana & ONU, 2021: 10).

As desigualdades de género são por excelência definidas como as diferenças de condições sociais, de *status* ou prestígio e de poder que delimitam a participação social e o reconhecimento de mulheres e de homens nas diferentes esferas de participação na sociedade. Também podem ser vistas como desigualdades socialmente condicionadas no acesso a recursos e oportunidades ligadas ao exercício de papéis, bem como às expectativas de obter e controlar recursos sociais, económicos e políticos significativos, incluindo proteção ao abrigo da lei (tais como serviços de saúde, educação e direito de voto) (Ferreira, 1995; Giddens, 2010; União Africana & ONU, 2021).

A exemplo de muitos países africanos, a nível internacional Angola ratificou a maior parte dos instrumentos que promovem a igualdade de género e os direitos das mulheres e raparigas, incluindo os da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (União Europeia & Governo de Angola, 2022). Assim sendo, está comprometida com o ODS 5, o qual visa alcançar a igualdade entre os géneros e empoderar as mulheres e as meninas, com enfoque nos direitos e oportunidades, acesso a recursos económicos e tecnológicos, acesso a saúde sexual e reprodutiva, participação política, emprego, liderança e tomada de decisão a todos os níveis, e a eliminação de todas formas de discriminação, violência e práticas nocivas como casamento precoce e infantil e mutilação genital (SADC & SARDC, 2016).

A nível nacional, definiu a Política para Igualdade e Equidade de Género e a Estratégia de Advocacia e Mobilização de Recursos para a Implementação da Política que visam garantir uma maior equidade de oportunidades, direitos e responsabilidades entre mulheres e homens (PDN, 2022).

Dados oficiais indicam que as mulheres constituem 51% da população angolana, com 30,4% das famílias sendo asseguradas por mulheres. Além disso, um terço das meninas têm filhos antes dos 18 anos, refletindo uma das mais altas taxas de fecundidade do mundo, com 6,2 filhos por mulher. Os papéis tradicionais atribuídos pela sociedade angolana às mulheres restringem as suas oportunidades, limitam as suas escolhas, dificultam o exercício pleno da cidadania e comprometem a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do país (União Europeia & Governo de Angola, 2022: 4 - 29), pese embora a urbanização das sociedades africanas tenha vindo a contribuir para a construção de novas visões da mulher, associadas à sua capacidade de participar socialmente e de gerar rendimentos.

Fruto da influência cultural ancestral, não se observa uma verdadeira igualdade democrática entre géneros, em particular no meio rural, encara-se ainda a mulher como “elemento supletivo”. Neste contexto, a tradição cultural reforça a ideia da superioridade masculina, influenciando a socialização comunitária (Silva, 2011). Como resultado, as mulheres angolanas rurais são limitadas principalmente ao papel doméstico e à “economia da vida”, sendo negada a oportunidade de participação igualitária na cidadania comunitária. Estas representações diferenciadas, apontam para uma conceção do feminino fortemente ligada à maternidade e uma conceção do masculino mais vaga e abrangente (Maciel, 2021; Barros, 2022).

Segundo Salomão (2016; 2020), a atividade informal é a principal fonte alternativa de trabalho para a maioria dos angolanos, especialmente jovens e mulheres, destacando-se as “zungueiras”, prática que remonta ao período pós-independência, em 1975 e que se intensificou após a paz em 2002. Neste sentido, refere-se que a venda ambulante é uma atividade vulnerável que, no entanto, representa uma das oportunidades de emprego mais acessíveis para as mulheres angolanas com menos qualificações. As atividades de comércio por conta própria representam quase 3 em cada 10 empregos ocupados por mulheres em áreas urbanas. A nível nacional, as mulheres vendedoras ambulantes estão sobre-representadas nos 60% mais ricos da população, com mais de uma em cada cinco no quintil superior da população (World Bank e Governo de Angola, 2024:54).

Contudo, a análise efetuada ao longo do trabalho demonstra como o Estado angolano ainda enfrenta grandes fragilidades na concretização de uma atuação social universal. Essas fragilidades se manifestam particularmente nas áreas que Pierre Bourdieu (1998) descreve como a “mão esquerda do Estado,” referentes aos direitos sociais ligados à educação, saúde, habitação, cultura, trabalho e segurança social. Todavia, o Estado angolano ainda não conseguiu estabelecer uma atuação eficaz e sistêmica nessas áreas, resultando em uma cobertura insuficiente das necessidades sociais da população.

#### **4.5 Impacto do programa KWENDA na visão dos entrevistados**

A rotina diária das famílias na comuna da Capupa é descrita pelos entrevistados como marcada pelo árduo trabalho no campo e pelos desafios causados pela falta de infraestruturas básicas. Assim sendo, essas famílias têm condições de vida muito pautadas pelos proventos que obtêm da agricultura de subsistência, cultivando milho, massambala, mandioca, batata-doce, ginguba e feijão. Parte da produção é utilizada para consumo doméstico, enquanto o restante é comercializado envolvendo moedas de forma direta.

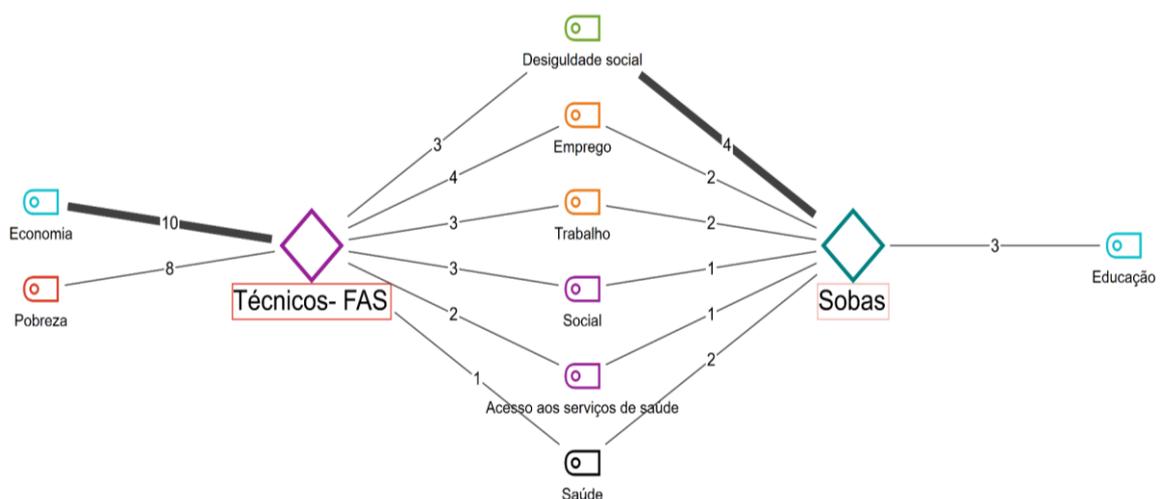
De acordo com os Sobas e os beneficiados, “embora existam alguns centro de saúde, como o da Cassua, as consultas geralmente se limitam a prescrições médicas, o que obriga os moradores a se

deslocarem até à sede do município que dista a 64 quantos km que pode durar duas horas de viagem em média, para adquirir os medicamentos necessários. O posto médico mais próximo está a 16 km da sede da comuna. Em casos de emergência, especialmente partos complicados, a assistência médica é insuficiente e as mulheres recorrem a métodos tradicionais como o uso de óleo de jiboia. A falta de assistência médica adequada resulta, por vezes, na perda de vidas”.

Na comuna, o ensino vai do pré-escolar até a 9ª classe, no entanto, enfrenta uma grave escassez de professores. Além disso, a falta de professores qualificados é um problema, já que muitos deles residem no município do Lobito. De acordo com os Sobas, “os professores lecionam apenas dois dias por semana, devido às dificuldades de acesso e às longas viagens. Informou também, aproximadamente quatro mil crianças estão fora do sistema educacional”. A incerteza resultante da falta de professores e das dificuldades de mobilidade dos que estão afetos às escolas locais contribui para desvalorizar o papel da escola enquanto instrumento de capacitação e contexto de aprendizagem.

Relativamente à missão central do KWENDA, segundo os técnicos do FAS - IDL e os Sobas, “o programa KWENDA visa combater a pobreza e a vulnerabilidade social da população, fornecendo assistência social para promover a dignidade e a autonomia financeira das famílias beneficiárias, de modo a conseguirem adquirir bens essenciais e iniciar pequenos negócios”. Apesar de haver consenso em relação ao objetivo do programa, é observado que o KWENDA acaba por priorizar mais a questão financeira das famílias do que os aspetos sociais. Essa ênfase pode ser percebida ao compararmos as opiniões na figura abaixo.

Figura 4 - Análise comparativa entre técnico do FAS - IDL e os sobas



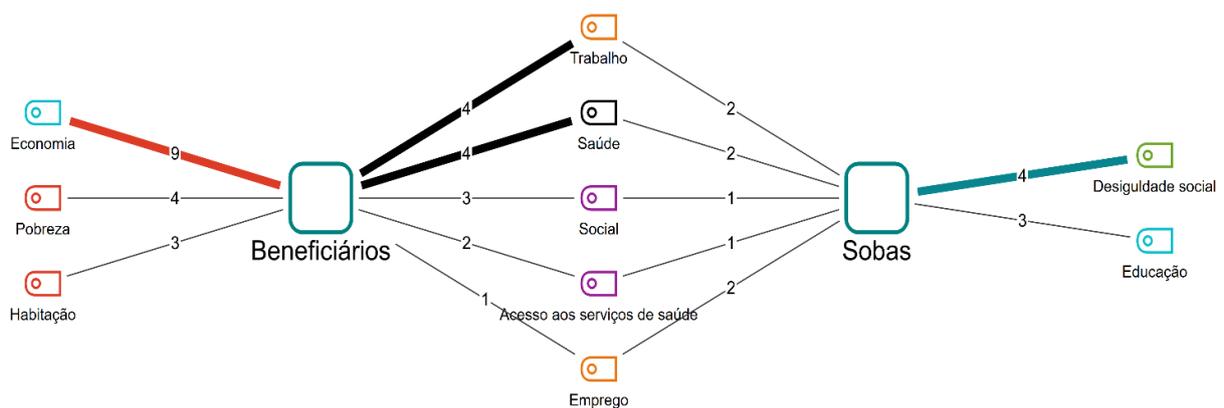
Fonte: elaboração própria

Quando questionados sobre o principal benefício que receberam do KWENDA, os beneficiários responderam que “foi o apoio financeiro. Este apoio permitiu comprar alimentação para a família, auxiliar nas despesas médicas, adquirir utensílios domésticos como cadeiras, mesas e chapas para

cobrir as casas, iniciar pequenos negócios e comprar animais como cabritos, galinhas e porcos para criação, destinando parte para consumo próprio e outra parte para comercialização”. É importante destacar que, durante as entrevistas, notamos que as transferências realizadas corresponderam a duas parcelas, totalizando sessenta e seis mil kwanzas (aproximadamente 66 euros), outros ainda, num valor correspondendo 120 mil Kwanzas (cerca de 120 euros) por não comparecerem no período programado para as transferências. Todavia, os beneficiados disseram alguns beneficiários lamentaram que uma parte do dinheiro recebido tenha sido destinada ao tratamento de saúde de um filho que acabou falecendo, destacando a urgência de acesso a serviços médicos adequados.

Ao compararmos as opiniões dos beneficiários e dos sobas, conforme ilustrado na figura 6 podemos observar que o programa KWENDA gerou algum alívio no do ponto de vista económico das famílias, apesar disso, ainda não foi capaz de suprimir as principais necessidades enfrentadas por elas.

Figura 1 -Análise comparativa entre beneficiários e os sobas



Fonte: elaboração própria

Não obstante os resultados alcançados, importa referir que durante três anos, a operação do KWENDA revelou que muitos beneficiários vivem em extrema pobreza e enfrentam condições de saúde e deficiência limitantes. Essas situações exigem uma proteção social permanente e não contributiva. A duração relativamente curta do apoio face à pobreza crónica pode comprometer a eficácia do programa na redução sustentável da pobreza. Com prazos mais longos, os impactos acumulam-se ao longo do tempo, permitindo que as famílias tomem decisões que aumentem seus rendimentos de outras fontes (FAS - IDL, 2023: 4).

## Conclusões

O objetivo da dissertação consistiu em caracterizar as condições de vida das populações residentes no município do Cubal. Buscou-se analisar o impacto do programa KWENDA na mitigação da pobreza e da vulnerabilidade social das famílias da comuna da Capupa, investigando em que medida o referido programa tem contribuído para promover melhorias nas condições de vida e bem-estar dessas famílias.

A análise realizada seguiu uma abordagem quantiquantitativa, sustentada na exploração de estatísticas institucionais produzidas pelo INE, na análise de documentos informativos sobre as ações empreendidas no quadro do KWENDA e na realização de entrevistas.

O enquadramento geral do território com base nas estatísticas institucionais produzidas pelo INE, permitiu confirmar algumas das características, sistémicas e estruturas da pobreza no município do Cubal e esteticamente na comuna da Capupa. Em termos económicos, a forte incidência da atividade agrícola de subsistência, sem alternativas relevantes de trabalhos em outros setores, constitui um fator crucial na análise das condições de vida de pobreza das populações aí residentes.

A análise estatística, completada pela observação de terreno, permite ainda concluir que a ação do Estado no território é insipiente. Tal é notório na inexistência ou, no mínimo, grande fragilidade (falta de manutenção) de vias de comunicação terrestre, não universalidade de acesso pela população a água potável e rede elétrica, escassez de instalações e de recursos humanos quer na área da educação (especialmente, nos níveis pós ensino primário), quer na saúde, quer também ao nível de outros serviços cruciais, como por exemplo serviços de notariado de registo civil e comercial. Como consequência da ausência desse tipo de serviços, muitas crianças (especialmente meninas) não são registadas enfrentando problemas para participação na escola. Outra situação remete para as dificuldades de regularização de cooperativas, entre outros. Perante este retrato, esparrávamos compreender quais as respostas do KWENDA para capacitar a economia e as populações contribuindo para baixar a pobreza.

Na análise que fizemos do KWENDA na comuna da Capupa, identificamos quatro eixos de atuação: Transferências Sociais Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Ação Social e Reforço do Cadastro Social. Porém, a única que foi efetivamente implementada é a Transferências Sociais Monetária. As entrevistas realçam: 1) impactos positivos; 2) desafios face às desigualdades existenciais e distributiva.

Propostas para o futuro: 1) prolongar o KWENDA; 2) alargar o seu âmbito de atuação a nível da saúde, educação, qualidade de vida e trabalho (Pierre Bourdieu), numa orientação à A. Sen: capacitando as populações incluindo nas linhas de atuação os eixos que na análise estatística observamos como eixos que são muito contributivos para permanência da pobreza.

A monitorização do processo em observação, fazem apelo também à melhoria do sistema estatístico nacional, nomeadamente em relação á produção de estatísticas de base municipal. O trabalho dos últimos anos do INE tem sido muito importante e promissor (exemplos relatórios sobre pobreza multidimensional) mas é crucial definir um sistema de indicadores de base municipal nas áreas que sustentam a observação de conquistas nas áreas sociais; áreas que em última análise dão consistência á identificação da população com o Estado.

## Referências bibliográficas

- ADRA. (2022). *Execução do programa integrado de desenvolvimento local e combate à Pobreza*. (Humbi-Humbi, Ed.).
- Alves, A. de L., & Santos, R. dos. (2021). Proteção social: trilhando considerações sobre o sistema do vizinho Uruguai. *Serviço Social & Sociedade*, 141, 244–263. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.248>
- Asih, A. A. M., Askari, S., & Shofiani, T. (2022). Implementation Of Social Protection Policy Through Program Keluarga Harapan (PKH) In Rural Society. *Asian Journal of Law and Humanity*, 2(1), 83-100.
- Atkinson, S. et al. (2020). *O livro de Sociologia - Grandes ideias de todos os tempos* (Marcador, Ed.).
- Barros, M. (2022). *Sociólogo defende integração da economia informal pela via da melhoria das condições de prestação de serviços*. <https://www.balai.cv/noticias/atualidade/sociologo-defende-integracao-da-economia-informal-pela-via-da-melhoria-das-condicoes-de-prestacao-de-servicos/>
- Bolda, B. D. S. (2020). A ordem social na teoria de Max Weber. *Revista de Ciências Sociais*, 52(1), 391–426. <https://doi.org/10.36517/10.36517/rcs.52.1.a06>
- Bolton, N., Martin, S., Grace, C., & Harris, S. (2018). Implementing a theory of change approach to research sport participation programmes targeting ‘hard to reach’ groups. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 10(4), 761–777. <https://doi.org/10.1080/19406940.2018.1476397>.
- Botelho, M. do C. (2014). *The left and the right hand of the Portuguese State: current trends*. <https://doi.org/10.15847/CIESODWP042014>
- Bourdieu, P. (1998). *Contra fogos* (Celta editora, Ed.).
- Bruto da Costa, A. (2005). *Exclusões Sociais*. Fundação Mário Soares. Gradiva publicações.
- Burgess, R. G. (1997). *Iniciar a pesquisa, garantir o acesso” in A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Celta.
- Cantante, F. (2019). *O risco das desigualdades*. Almedina.
- Capitango, J. (2015). A educação ambiental como fator de desenvolvimento: um olhar ao panorama dos saberes tradicionais da comunidade de Ekovongo-Bié/Angola. *REV - AS - Nº 20, (xullo - dezembro 2015)*.
- Capucha, L. (2022). Pobreza: modos de vida e resiliência - Lição apresentada no âmbito da prestação de Provas de Agregação em Serviço Social.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora.

Carmo, R. M. do, & Cantante, F. (2014). *Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?*

Carmo, Renato Miguel, Frederico Cantante (2014), "Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?", Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, CIES-IUL, <http://wp.me/p4h6tu-m3>.

Ceic - Ucan. (2021). *Relatório Económico de Angola 2019-2020 (1ª)*. Universidade Católica de Angola. <https://www.embajadadeangola.com>

Ceic - Ucan. (2018). *Relatório Social Angola 2016*. <https://www.kas.de/documents/279052/279101/Angolan+Report+on+Economy+2019-2020+Portuguese.pdf/9bde5b97-b81e-0158-8817-2a75cdf77f21?version=1.0&t=1634891583396>

Chancel, L., & Piketty, T. (2021). Global Income Inequality, 1820–2020: the Persistence and Mutation of Extreme Inequality. *Journal of the European Economic Association*, 19(6), 3025–3062. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvab047>

CIP - Centro Internacional de Pobreza. (2008). *Brasil & África Newsletter*. <https://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCNewsletter1.pdf>

Claus, R., Davel, R., Heykoop, C., Pinto, D., & Belcher, B. M. (2023). How to build Theories of Change for transdisciplinary research: Guidance and considerations. *GAIA* 32/1: 186–196.

Comissão da União Africana. (2015). *AGENDA 2063. Plano de implementação para a primeira década – 2014 – 2023*.

Comissão Europeia. (2020). *Uma união da igualdade: estratégia para a igualdade de Género 2020-2025*. Bruxelas. <https://eur-lex.europa>

Correa, Juan Sebastian, et al (2023). Annual Review of Resource Economics Social Protection and Rural Transformation in Africa. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-101422-100158>

Costa, A. F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.

Costa, A. L. M. (2021). *A criação do sistema português de segurança social: 1962-1984* [Programa interuniversitário de doutoramento em história: mudança e continuidade num mundo global]. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Costa, A. F. Mauritti, R., Martins, S. da C., Nunes, N., & Romão, A. L. (2015). *The constitution of a European inequality area*. <https://doi.org/10.15847/CIESODWP012015>

da Costa, A. F., & Mauritti, R. (2018). *Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa*.

- Da Silva, C. A., Silva, L. de S., Brito, A. K. R., De Souza, M. G., & Lima, A. M. de A. (2020). Conceito introdutório sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. *Terceira Margem Amazônia*, 6(15), 195–205. <https://doi.org/10.36882/2525-4812.2020v6i15p195-205>
- Destino, F. (2023). *Análise sobre as classes sociais em Angola: Um estudo à luz do censo populacional 2014* [[Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up>
- Dorling, D. (2017). *The Equality Effect: improving life for everyone*. Oxford: New Internationalist Publications.
- FAS - Instituto de Desenvolvimento Local. (2023). *Relatório anual do programa KWENDA de 2022*. <https://fasangola.com/relatorios>
- Ferreira, J. M. C. (1995). *Sociologia*. McGraw-Hill.
- Giddens, A. (2010). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- INE. (2010) *IBEP: Inquérito integrado sobre o bem-estar da população. 2008-2009*, Luanda: Instituto Nacional de Estatística
- INE. (2019). *Pobreza multidimensional nos municípios de Angola* (Instituto Nacional de Estatística, Ed.).
- INE. (2022). *Estatísticas Sociais – Projeção da População*.
- JICA. (2023). *Documento de Análise por País da JICA Country Analysis Paper*.
- Libânio, G., & Castigo, C. J. (2021). A desigualdade regional e a persistência da pobreza em Moçambique, explicada na perspetiva do círculo vicioso da pobreza. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 6(11). <https://doi.org/10.22456/2448-3923.105168>
- Maciel, D. M. M. (2021). *Género na perspetiva individual: Agência, constrangimentos, recursos e oportunidades* [Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10071/25952>
- Mauritti, R., Nunes, N., Emílio Alves, J., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia on line*, 19, 102–126. <https://doi.org/10.30553/SOCIOLOGIAONLINE.2019.19.5>
- Maye, D., Enticott, G. and Naylor, R. (2020), *Theories of Change in Rural Policy Evaluation*. *Sociology Rurales*, 60: 198-221. <https://doi.org/10.1111/soru.12269>
- Milanovic, B. (1998). *Income, inequality, and poverty during the transition from planned to market economy*. The international bank for reconstruction and development the World Bank.
- Mulheres e meninas: as principais vítimas do analfabetismo em Angola. Disponível em <https://blogs.unic.co.ao/professores/2023/10/10/mulheres-e-meninas-as-principais-vitimas-do-analfabetismo-em-angola>. consultado em outubro de 2024.

Pedroso, J. A. F., Amorim, A., Oliver, F. F., Elias, M., Silva, N., José, O., & Neto, A. (2012). *Caminhos para a segurança social em Angola*.

Pestana, N. (2011). *Angola: A Construção do Estado e a Desigualdade Social*. Editora 70.

Pires, R. P. (2012). O problema da ordem, Sociologia, Problemas e Práticas. *OpenEdition Journals*, 31–45. <https://journals.openedition.org/spp/801#quotation>

Pickett e Wilkinson (2017). The true – and false – costs of inequality. <https://www.socialeurope.eu/the-costs-of-inequality>

PNUD. (2017). *Tendências da desigualdade de rendimentos na África subsariana: Divergências, determinantes e consequências* (A. Odusola, G. A. Cornia, H. Bhorat, & P. Conceição, Eds.). <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/8f87558d77178d16a3343c2df4e4a8755ed7b3f84081273083532c465293c087.pdf>

PNUD, & Governo de Angola. (2021). *Relatório nacional voluntário 2021 sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [https://www.embajadadeangola.com/pdf/VNR-Angola-2021\\_PT.pdf](https://www.embajadadeangola.com/pdf/VNR-Angola-2021_PT.pdf)

PNUD, Governo de Angola, & IPC - International policy center for inclusive growth. (2020). *Mapeamento e diagnóstico dos Programas Sociais em Angola*. <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/3c0615009869c620c1c3418bfb35d04a3feb10889493a725436bf5c832d89745.pdf>

Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (2020). Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da (SADC) 2020–2030.

Relatório económico de Angola 2021. <https://expansao.co.ao>

Rogers, P. (2014). *Theory of change: methodological briefs-impact evaluation No. 2* (No. innpub747).

Rosanvallon, Pierre (1995). *A nova questão social: repensar o Estado-providência*. Éditions du Seuil.

Ruas, J. (2021). *Como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e teses*. Escolar Editora.

SADC, & SARDC. (2016). *Monitor do Género e Desenvolvimento da SADC 2016*. [https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/SADC\\_Gender\\_Monitor\\_2016.pdf](https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/SADC_Gender_Monitor_2016.pdf)

Salomão, J. C. (2016). *Mulher zungueira: O Reflexo da economia angolana*. <https://www.researchgate.net>.

Salomão, J. C. (2020). *Mulher Rural Angolana: O novo desafio do Estado Angolano*. <https://www.researchgate.net>.

Schouten, M. J. (2011). *Uma Sociologia do Género*. Edições Húmus.

- Sen, A. (1999). *Pobreza e fome - Um ensaio sobre direito e privações*. Terramar.
- Teixeira, S. M. (2013). Sistema de proteção social Brasileiro na contemporaneidade. *Rev. FSA, Teresina*, v.10, n.1, jan./mar. 2013, 10, 264–280. <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/issue/view/15>
- The GlobalEconomy.com. (2022). *Angola: População rural, percentagem*. <https://pt.theglobaleconomy.com>.
- The World Bank Group. (2023). *Angola Social*. <https://data.worldbank.org>.
- The World Bank Group e Governo de Angola. (2024). <https://documents1.worldbank.org>
- Therborn, G. (2010). Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos Estudos - CEBRAP*, 87, 145–156. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200009>
- União Africana, & ONU. (2021). *Igualdade de género, empoderamento da mulher (GEWE) e VIH em África: O impacto dos problemas de intersecção e de questões e prioridades continentais chave* (pp. 1–8). <https://africa.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Africa/Attachments/Publications/2021/08/AU%20GEWE%20Advocacy%20Brief%20%20PORTUGUESE%20Final.pdf>
- União Europeia, & Governo de Angola. (2022). *Assistência técnica para a implementação da facilidade de diálogo UE–Angola. Diagnóstico Igualdade de Género Angola 2022* (A. P. Pena & M. Teixeira, Eds.).
- UNRIC. (2016). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unric.org/pt>



## Anexo A - Índice de monitorização da pobreza multidimensional em Angola

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se:	Peso da dimensão	Peso do indicador
Saúde	Nutrição	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).	25%	8,3%
	Cuidados de saúde materna	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.		8,3%
	Mortalidade infantil	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores a entrevista.		8,3%
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.	25%	8,3%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.		8,3%
	Frequência escolar	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao 1 ciclo do ensino secundário).		8,3%
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume ou outro.	25%	4,2%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede em casa.		4,2%
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.		4,2%
	Posse de Bens	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.		4,2%
	Acesso a água apropriada para beber	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).		4,2%
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado.		4,2%
Emprego	Trabalho infantil	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF).	25%	6,3%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.		6,3%
	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda.		6,3%
	Dependência	Por cada 5 membro do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.		6,3%







## Anexo C - Consentimento Informado

António Pedro Manuel, estudante do mestrado de Sociologia do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Estou a desenvolver um estudo com fins académicos sobre o Impacto do Programa de Fortalecimento de Proteção Social (KWENDA) na comuna da Capupa no município do Cubal. O estudo visa analisar o impacto da implementação do Programa na nas condições de vida das populações visadas. Para este efeito, muito gostaria de contar com a sua preciosa colaboração através da realização de uma entrevista com uma duração estimada de 30 minutos, dependendo do desenvolvimento que pretender dar ao seu testemunho.

Os dados recolhidos têm como finalidade exclusiva a concretização do estudo que suporta a dissertação académica requerida para a conclusão do mestrado assinalado. Quero desde já sublinhar que não existem respostas certas ou erradas, todas as experiências e perspetivas partilhadas poderão ser relevantes para uma melhor compreensão dos impactos diretos e indiretos do Programa KWENDA nas condições de vida das pessoas residentes na comuna da Capupa.

Informamos, ainda, que a informação partilhada será confidencial, anónima.

Caso aceite participar no estudo com o seu testemunho, dependendo da sua disponibilidade, a entrevista pode ser presencial ou online.

O ISCTE é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento do art. 6º, nº1, alínea a) e/ou art. 9º, nº2, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados, consoante o caso aplicável. O ISCTE garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. E, também tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email [dpo@iscte-iul.pt](mailto:dpo@iscte-iul.pt).

Esta declaração é impressa e assinada em duplicado de forma a que um exemplar fique na posse da pessoa entrevistada. Se pretender contactar-me mais tarde o meu email é [Antonio\\_Pedro\\_Manuel@iscte-iul.pt](mailto:Antonio_Pedro_Manuel@iscte-iul.pt), e o email da orientadora do estudo a professora Rosário Mauritti é [rosario.mauritti@iscte-iul.pt](mailto:rosario.mauritti@iscte-iul.pt).

Se concorda com os termos da colaboração proposta, solicito então que assine a seguinte declaração:

Nome \_\_\_\_\_, declaro ter compreendido os objetivos do estudo académico, realizado pelo licenciado António Pedro Manuel, estudante do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, no Mestrado de Sociologia, intitulado “Políticas públicas que visam a

melhoria das condições de vida das populações: estudo de caso sobre impacto do Programa de Fortalecimento de Proteção Social (KWENDA) na comuna da Capupa, município do Cubal”. E confirmo ser de livre vontade que aceito participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informação que me foram disponibilizadas.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data)

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Anexo D – Guião de entrevista dirigida aos técnicos - FAS - Instituto de Desenvolvimento local

### Caraterização sociodemográfica

Género \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Área de formação / Especialidade \_\_\_\_\_

Profissão principal: (Cargo / funções desempenhadas):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo (meses) que exerce o cargo / função atual: \_\_\_\_\_

### Caraterização do projeto

1. Há quanto tempo (meses) está envolvido no programa KWENDA? \_\_\_\_\_
2. O que é para si estar envolvido no KWENDA? [desenvolver]
3. Como descreveria a missão central do KWENDA? [desenvolver]
4. Quais são os principais objetivos que se pretendem atingir? [desenvolver]
5. Como são operacionalizadas as componentes e a estrutura organizativa do KWENDA? [desenvolver]
6. Quais são as principais características do método de intervenção do KWENDA? [desenvolver]
7. Quem são os beneficiários? De que forma são atribuídos os benefícios? [desenvolver]
8. Quais as principais ações desenvolvidas pelo KWENDA no período 2020/2023? [desenvolver]
9. Na sua opinião, quais os resultados alcançados que merecem particular destaque?
10. Consegue assinalar as organizações não governamentais que têm vindo a participar na operacionalização do KWENDA? Em que consistiu a participação, que atividades foram realizadas?
11. Na sua opinião, quais são os principais problemas identificados na operacionalização do KWENDA 2020/2023?
12. Tendo em conta os problemas que assinalou, o que recomendaria para a melhoria do KWENDA?



## Anexo E - Inquérito por entrevista dirigido aos beneficiários diretos

### Caraterização sociodemográfica

Género \_\_\_\_\_

Idade? \_\_\_\_\_

Qual é o seu bairro / aldeia? \_\_\_\_\_

Com quem vive? Quantos são? \_\_\_\_\_

#### 1. Situação perante emprego e escolaridade do agregado familiar

Qual o seu trabalho? \_\_\_\_\_

Qual é o grau de escolaridade mais elevado que completou? \_\_\_\_\_

Todos os seus filhos andam na escola? \_\_\_\_\_

(Se algum não frequenta, perguntar a idade e género)

Trabalha ou já trabalhou?

Se sim, qual a sua profissão principal (atual ou última): (Cargo / funções desempenhadas):

\_\_\_\_\_

#### 2. Situação perante a qualidade de habitação e saúde do agregado familiar

Quais são as suas principais necessidades em relação à habitação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

E em relação a saúde? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para além das necessidades apontadas, existem outras? Quais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 3. Impacto do KWENDA na condição de vida da sua família

Recebeu apoios do KWENDA? Se sim quais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Na sua casa, quantos se beneficiaram do KWENDA? \_\_\_\_\_

Esse apoio foi importante? Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

---

Recorda-se de como é que aplicou o apoio que recebeu do KWENDA? \_\_\_\_\_

---

---

O que recebeu do KWENDA gerou alguma mudança na sua condição de vida e da sua família? Como assim?

---

---

Imagine que lhe pediam para avaliar o impacto do KWENDA nas condições de vida da sua família, onde zero significa muito mau e 10 Excelente, qual a avaliação que faria? Porquê? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Na sua opinião, o que poderia ser feito ainda para melhorar o KWENDA? \_\_\_\_\_

---

---

---

## **Anexo F - Guião de entrevista dirigida às autoridades tradicionais (Sobas)**

### **Caraterização sociodemográfica**

Género \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Cargo / função \_\_\_\_\_

Tempo que exerce o cargo / função \_\_\_\_\_

### **Caracterização da participação das autoridades tradicionais (Sobas)**

1. Como descreveria o dia-a-dia das famílias na comuna da Capupa? [desenvolver]
2. Quais são as principais dificuldades que as famílias enfrentam? [desenvolver]
3. O que é para si estar envolvido no KWENDA? [desenvolver]
4. Como descreveria a missão central do KWENDA? [desenvolver]
5. Diria que o KWENDA trouxe benefícios para as famílias da comuna da Capupa? Porquê? [desenvolver]
6. Quais são os principais problemas identificados durante a operacionalização do KWENDA? [desenvolver]
7. Tendo em conta os problemas que assinalou, o que recomendaria para a melhoria do KWENDA?

